



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO

LUZ DE AMOR ROMERO FORREST

TURISMO, DIVERSIDADE E CIDADANIA:
UM OLHAR SOBRE OS DIREITOS HUMANOS LGBT+ NO BRASIL

Brasília, DF

2020

LUZ DE AMOR ROMERO FORREST

**TURISMO, DIVERSIDADE E CIDADANIA:
UM OLHAR SOBRE OS DIREITOS HUMANOS LGBTQ+ NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Título de Graduação em Turismo, com grau de Bacharel.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marutschka Martini Moesch.

Brasília, DF
2020

Monografia apresentada como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Turismo. Qualquer citação atenderá às normas de ética científica.

LUZ DE AMOR ROMERO FORREST

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Marutschka Martini Moesch (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Lana Magaly Pires

Prof^a. M^a. Alessandra Santos dos Santos

Monografia apresentada em: 17/02/2020.

Brasília, DF

2020

AGRADECIMENTOS

Sou profundamente agradecida aos mentores/guias do plano espiritual e aos amores do plano físico que foram fundamentais para possibilitar a passagem por esta etapa acadêmica.

Agradeço à família espiritual, aos guias pelos ensinamentos sobre maturidade, por me mostrar caminhos melhores, por me possibilitar o suporte emocional para lidar com as dificuldades da vida e por saber que me acompanharam de perto durante toda esta jornada, me enchendo de amor, incluído os dias difíceis.

Gratidão à minha filha, Violeta, que me acompanhou durante estes cinco anos com muito amor, companheirismo e muita paciência, me enchendo de luz e amor. Gratidão à Tonita, irmã companheira de vida que me inspira com seu amor espontâneo, que me amparou em todos os momentos do percurso seja enquanto mãe, seja enquanto estudante, e que se dedicou com amor para me auxiliar com a formatação na final da entrega desta monografia. Agradeço à Marcela, mami, mulher forte e guerreira que concedeu parte da sua existência para me educar, me acompanhar no meu desenvolvimento pessoal, e que me ensinou a ter pensamento crítico e político. Ao Miles, papi, pelas trocas que transcendem o plano material e que me permitem perceber a diminuta existência dos nossos seres no agora. Agradeço à Niarita por sua ajuda companheira e por me ensinar tanto sobre um mundo desconhecido para mim. Agradeço à Albita, por seu amor acolhedor e que move mundos. Agradeço ao Rudá, cunhadinho amado, pelas trocas e acolhimentos.

Agradeço, também, à minha família escolhida, - amigas e namorada- pelo amor que movimenta com profunda felicidade de existir e resistir com vocês. Gratidão à minha companheira Pati por sua ajuda e carinho, e por me ensinar sobre o amor maduro. Gratidão pelo sentimento que movimenta a profunda amizade com a Éllen, pelos seus ensinamentos acadêmicos, aconselhamentos sobre a vida e trocas tão profundas de amor. Agradeço à Ornelas Belamor pela ajuda com as revisões de texto e pelas palavras de motivação e carinho. Gratidão à Cítara pelo crescimento e amor e às trocas durante as disciplinas que cursamos juntas. Agradeço à Leticia pelas lindas conversas inspiradoras. Gratidão à Ju dinda pelo cuidado apoio e carinho com a Vivi, me ajudando em momentos de estudo. Agradeço às minhas amigas Lia, Nic, Cris, Jê, Luisinha, Naomi, Paty, Iury, Dani, Silvinha, Lú, Ti, Camila, Fer e Paulinha, e ao Biel.

Agradeço às duas mulheres maravilhosas que passaram por minha vida e agora seguem seus caminhos. Os seus ensinamentos me acompanham. Agradeço à Racquel pelo seu companheirismo durante o período de ingresso no curso, sempre em conexão comigo, me incentivando a estudar e me apoiando durante o primeiro percurso da vida acadêmica, com carinho. Agradeço à Gaya pela linda caminhada juntas, pelo respeito a quem sou, em minha individualidade e constante transformação, pelo despertar dos conhecimentos espirituais.

Agradeço ao Pedro e, especialmente à Rosa pelo carinho e paciência com os meus horários de trabalho durante o período do curso, que me possibilitaram à assistência das aulas.

Agradeço a minha orientadora, Maru, por sua natureza hospitaleira e carinhosa, sempre atenciosa e me motivando a escrever sem cerceamentos. Por sua delicadeza em respeitar os tempos, mas motivar quando necessário. Gratidão pela paciência e por acreditar. Agradeço, também, aos professores Isabel e Clovis pelas valiosas ajudas com o trabalho. Aos professores Iara, Kellerson, Irina, Marina, Lana e Eloísa por suas inspirações. E às minhas colegas, Bárbara, Babi, Evelyn, Ana Carolina, Amanda, Yo e Bia, com quem pude ter trocas queridas.

Agradeço às professoras que compõem a banca, Lana e Alessandra por terem aceitado o convite de participar deste importante momento de finalização desta etapa acadêmica, com a apresentação de uma pesquisa, considerando os prazos apertados. Gratidão pela disposição e compreensão.

Por fim, agradeço por ter tido força e coragem de não desistir, mesmo com os contratemplos e dificuldades. <3

*Vem surgindo um novo tempo,
Traz glórias do divino
Mais puros e atentos
Nos tornamos canais do infinito*

*Mãe divina eu quero ser
Um filho realizado
E é perante o seu poder
Que me entrego pra se libertado*

*Como um rio que corre para o mar
Correntezas carregam o medo
Confiança para atravessar
A fronteira do eu derradeiro*

*Não há desculpas para se escorar
Já foi dito a hora é essa
O tempo é de se integrar
Abraçando o que ainda resta*

*Estou morrendo para o passado
E nem anseio pelo o futuro
Minha coroa tem brilho dourado
Provo o néctar do amor maduro*

(“Recado da Mão Divina”, Chandra Lacombe)



(Laerte, 2019)

“O que se torna um ser humano quando o despojam, não das coisas, nem mesmo da casa, mas do que o liga à interioridade?”

(Dufourmantelle, 2003)

RESUMO

A presente pesquisa de monografia tem como objetivo fazer uma aproximação entre os campos do Turismo e da temática LBGT+, com enfoque voltado à cidadania e aos direitos humanos no Brasil atualmente. Especificamente, busca-se compreender os impactos da atual conjuntura político-social e dos discursos do atual governo sobre as práticas turísticas da população LBGT+, a partir da ótica da hospitalidade. Dessa forma, este estudo perpassa por um histórico sobre o movimento LBGT+ na ditadura brasileira, fazendo paralelo com as narrativas de incitação ao ódio e ao preconceito no presente e com as violações os direitos fundamentais da população LBGT+ no atual contexto político brasileiro. Para tanto, partimos de uma discussão conceitual acerca do diverso e da alteridade no turismo, para então, a partir da compreensão sobre a diversidade, examinarmos categorias elementares para o nosso trabalho, como: hospitalidade (hostilidade e acolhimento) no turismo, direitos humanos e cidadania. Como resultado do aprofundamento da pesquisa, exploramos também questões transversais que emanaram do desenvolvimento desta, como o tema da interseccionalidade, do visível/percebido e do invisível/não percebido e os impactos intersubjetivos da LBGTfobia nas práticas turísticas. Para a desenvolvimento desta pesquisa, adotamos uma leitura sociológica e metodologia de cunho qualitativo, com vias a alcançar camadas mais complexas das relações humanas nas práticas turísticas; com este fim, procedemos com revisão da literatura especializada e teórica, levantamento e análise de fontes e realização de entrevistas. A pesquisa inova ao apresentar uma abordagem que relacione Turismo e Diversidade LBGT+ desde um enfoque humanizado, voltado não às dinâmicas de mercado e às pautas multiculturalistas do capital, mas à cidadania e vivência sentida pela população LBGT+ nas práticas turísticas.

Palavras-chaves: Hospitalidade no Turismo. LBGT+. Direitos Humanos. Cidadania. Diversidade.

RESUMEN

La presente investigación monográfica tiene por objetivo hacer una aproximación entre los campos del Turismo y la temática LGBT+, con enfoque dirigido hacia la ciudadanía y los derechos humanos en Brasil en la actualidad. En concreto, se busca comprender los efectos de la actual coyuntura socio-política y de los discursos del actual gobierno acerca de las prácticas turísticas de la comunidad LGBT+, a partir de la mirada de la hospitalidad. De este modo, esta investigación discurre por la historia del movimiento LGBT+ durante la dictadura de Brasil, contiguo a arguiciones de incitación al odio y al prejuicio en la actualidad y con las violaciones de los derechos fundamentales de la población LGBT+ en el contexto político brasileño actual. Con lo que partimos de una discusión conceptual acerca de lo diverso y la otredad en el turismo, para entonces, a partir de la comprensión sobre la diversidad, examinemos categorías elementales para nuestro trabajo, como: hospitalidad (hostilidad y acogida) en el turismo, derechos humanos y ciudadanía. Como efecto de la profundización en la investigación también exploramos temas transversales que se desprendieron durante el desarrollo de dicha investigación, como el tema de la interseccionalidad, de lo visible/percibido y de lo invisible/no percibido y los impactos intersubjetivos de la LGBTfobia en las prácticas turísticas. Para el desarrollo de esta investigación, adoptamos una lectura sociológica y metodología de carácter cualitativo, con la idea de alcanzar estratos más complejos de las relaciones humanas en las prácticas turísticas; con esta finalidad, procedimos con la revisión de literatura especializada e teórica, recolección y análisis de datos y realización de encuestas. La investigación innova al presentar un abordaje que relaciona los temas Turismo y Diversidad LGBT+ desde un enfoque humanizado, no volcado hacia dinámicas de mercado y a pautas multiculturalistas del capital, más bien a la ciudadanía y experiencia sentida por parte de la población LGBT+ en las prácticas turísticas.

Palabras-claves: Hospitalidad en el Turismo. LGBT+. Derechos Humanos. Ciudadanía. Diversidad.

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1 PARÂMETROS PRELIMINARES PARA A DISCUSSÃO: A ALTERIDADE NO TURISMO E A HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBT+ NO BRASIL..... | 12 |
| 1.1 Turismo, hospitalidade e diversidade..... | 12 |
| 1.2 O Movimento LGBT+ no Brasil..... | 21 |
| 2 DOS PROPÓSITOS E CONCEITOS QUE EMBASAM A PESQUISA..... | 30 |
| 2.1 Trilhando o desvelamento do objeto de estudo..... | 30 |
| 2.2 De qual conceito partimos?..... | 36 |
| 3 DIREITOS HUMANOS, CONJUNTURA ATUAL E VIVÊNCIAS TURÍSTICAS LGBT+..... | 43 |
| 3.1 Direitos Humanos, população LGBT+ e o discurso de ódio..... | 43 |
| 3.2 Atravessamentos entre acolhimento da população LGBT+ e as práticas turísticas como reflexos do atual governo brasileiro..... | 49 |
| 3.3 Reconhecendo o diálogo entre os sentimentos dos turistas LGBT+ e as experiências nas práticas turísticas..... | 59 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 70 |
| REFERÊNCIAS..... | 74 |
| ANEXOS..... | 80 |

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem a finalidade de realizar uma discussão sobre o enredo entre as práticas turísticas e as experiências da população LGBT+ no Brasil, temas basilares. Destarte, são abordados os conceitos e/ou discussões sobre hospitalidade, cidadania e direitos humanos. Como questionamento central, busca-se entender os impactos das violações dos direitos humanos LGBT+ ¹no âmbito da hospitalidade (acolhimento versus hostilidade) incitado pela hipótese de que este aspecto da violência corrobora para a construção de um turismo cada vez mais desumanizado.

A justificativa do trabalho surge a partir de leituras que associam as temáticas do turismo e da questão LGBT+, na percepção da sobreposição recorrente da ótica econômica. Realizado o levantamento bibliográfico e ao entender que o turismo é um fenômeno não estático que perpassa por diversos constructos, conceitos institucionais e discussões teóricas, evidencia-se a necessidade de aprofundar os debates em torno ao campo das relações humanas inscritas às práticas turísticas como forma de transcender o olhar para novas formas das relações humanas.

Em relação a estrutura, a presente monografia segue uma orientação dialética dividida em três etapas, para então chegar às considerações sobre o tema. A primeira é elaborada por meio de revisão bibliográfica em que se apresenta a tese, discorrendo sobre as discussões teóricas abordadas até o momento. A segunda apresenta a metodologia para propor uma nova discussão sobre o entrelaçamento destes temas. A terceira avança os olhares para a proposta de uma nova síntese.

Os capítulos foram divididos conforme esta estrutura e, portanto, em três partes. O primeiro capítulo, composto por dois subcapítulos, aponta as discussões teóricas base que cursam os campos da hospitalidade e da ideia do diferente para, então, adentrar numa breve revisão histórica sobre o movimento LGBT+ no período da ditadura. Os debates aqui adentram discussões sobre o espaço e o ser “diferente”, e o seu legado para o campo das práticas turísticas e da população LGBT+.

¹ A sigla sofreu diversas alterações no decorrer dos anos do movimento e atualmente, no Brasil, é reconhecida como LGBT (Lésbicas, Gueis, Bissexuais, travestis, transexuais e transgênicos). Foi definida após perpassar diversas discussões políticas como, por exemplo, a do feminismo que incentivou a mudança da primeira sigla da letra G (guei) para L (Lésbica) como forma de dar visibilidade à mulher. A atual abordagem sobre a sexualidade e as expressões de gênero, no entanto, amplia potencialmente para outras designações que transcendem esta sigla. Por isso, optei por incluir o + adiante, de forma a considerar esta ampliação dos conceitos.

O segundo capítulo, também dividido em duas partes, apresenta a metodologia e as conceituações. O primeiro subcapítulo desta segunda etapa contém o caminho metodológico que propõe, além da análise de relatórios de pesquisas por monitoramento emitidos por órgãos públicos, não governamentais e associações, entrevista com três turismólogos e seis turistas LGBTs.

O material levantado serviu para entender o atual contexto político, além de adentrar as vivências das agressões, ou não, e impressões vividas pelos entrevistados LGBTs em suas cidades e em viagens. No caso dos três primeiros entrevistados, a proposta faz-se no sentido de enriquecer a pesquisa com sugestões de ações em direção a um turismo mais humanizador e, portanto, no efetivo acolhimento da população LGBT+. O segundo subcapítulo pretende alavancar os temas chaves e propor-lhes um conceito segundo o direcionamento do trabalho como forma de nortear as discussões do próximo capítulo.

O capítulo três, finalmente, é dividido em três subcapítulos. O primeiro pretende discorrer sobre as dicotomias dos discursos sobre direitos humanos e multiculturalismo na tentativa, novamente, de dissolver a predominância da lente econômica sobre estes. O segundo subcapítulo faz uma análise sobre o período político atual desencadeado pelo golpe parlamentar, em 2016 e que se consolida até o mandato atual do presidente Bolsonaro. O terceiro subcapítulo realiza a análise das respostas dos entrevistados no sentido de adentrar as intersubjetividades, tão importantes para transcender a percepção sobre o olhar em relação a cidadania LGBT+ e as suas possíveis influências sobre as práticas turísticas.

A pesquisa, portanto, inova ao apresentar uma abordagem que relacione Turismo e Diversidade LGBT+ desde um enfoque humanizado, voltado não às dinâmicas de mercado e às pautas multiculturalistas do capital, mas à cidadania e vivência sentida pela população LGBT+ nas práticas turísticas.

1 PARÂMETROS PRELIMINARES PARA A DISCUSSÃO: A ALTERIDADE NO TURISMO E A HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBT+ NO BRASIL

1.1 Turismo, Hospitalidade e Diversidade

O estudo do Turismo transcorre necessariamente pelo campo da diversidade. A relação entre o visitante e o anfitrião é traduzida pelo encontro com o que diverso, que se nota instantaneamente desde ambos os lados. Neste encontro de culturas e morais plurais se consolida uma potencialidade para o crescimento humano individual e coletivo que, se bem aproveitado, pode resultar no aprendizado sobre a alteridade por meio da hospitalidade. Não em seu significado mais cingido que designa a responsabilidade de acolhimento ao anfitrião (MARCELINO; CAMARGO, 2017, p. 44), mas na compreensão de que a hospitalidade reflete em cada um dos atores que dialogam, no processo de entendimento sobre o espaço desconhecido, o outro.

Não obstante, a resultante prática do encontro com o diverso se transfere para uma zona de busca pela segurança, na qual as pessoas permeiam os seus temores e tecem os seus resguardos. Neste contexto, a hospitalidade se configura como uma potente ferramenta, segundo Marcelino e Camargo.

A hospitalidade é a abertura em um mundo fechado, no qual as pessoas consideram que ser fechado é a melhor opção no que tange a segurança, proteção material, física e psicológica. Todavia, manter-se fechado cria uma ferida que não cicatriza, impede o que recebe de ver que o sentimento de paz só adentra quando o outro é autorizado adentrar (MARCELINO; CAMARGO, 2017, p. 54).

A busca pela conservação somada à ideia de perda do controle desencadeada pelo aparecimento do desconhecido provoca ansiedade, medo e aversão. De acordo com Bauman, em concordância com Michels, “o relevante do estranho consiste em ser o representante do desconhecido. Este desconhecido significa ausência de associação, que vai da antipatia ao medo. Um ditado holandês diz: ‘O desconhecido não é querido’”² (BAUMAN *apud* MICHELS, 2012, p. 243).

O estado de desconfiança se aplica, do mesmo modo, ao processo de mudança, pois “quando entramos num lugar desconhecido, a emoção sentida é quase sempre a de uma

² Tradução do ditado holandês: “*onbeked maakt onbemind*” (BAUMAN *apud* MICHELS, 2012, p. 243).

indefinível inquietude” (DOFOURMANTELLE, 2003, p. 28). Um paradoxo da sociedade atual que por um lado carrega aspectos de imutabilidade e por outro se caracteriza pelas resultantes do nomadismo que se expandem diariamente, “os tempos e os lugares da metamorfose são percebidos como potencialmente perigosos” (IDEM, 2003, p. 96).

Sendo assim, a partir da prática de deslocamento do espaço que contempla o nosso cotidiano “experimentamos a sensação de insegurança, receio, ameaça que a convivência com a diversidade desperta em relação à permanência dos nossos costumes, estilos de vida e nossa história comum” (DENCKER, 2017, p. 08).

Desde a ótica do encontro com o diferente, é possível estabelecer uma aproximação com a problemática existente nas práticas turísticas sobre a aversão ao estrangeiro, em que a “xenofobia surge do sentimento de diferença, isto é, da falta de ligação entre dois ambientes” (BAUMAN *apud* MICHELS, 2012, p. 243). Uma repelência entre dois polos na qual resulta em “uma incompreensão mútua, em vez de um entendimento entre povos. Às vezes chega-se ao confronto em vez do encontro. E, até mesmo, no pior dos casos, ao desprezo, em vez de ao respeito” (KRIPPENDORF, 2000, p. 90). Sendo o estrangeiro estigmatizado em sua representação do diferente, “devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale a nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-lo entre nós?” (DERRIDA, 2003, p. 15).

Esta visão nos permite fazer um paralelo com as limitações e fronteiras estabelecidas para com a diversidade sexual no próprio meio social no qual se insere a população LGBT, e da própria frente ao campo do turismo. Ambos os casos – da xenofobia e do preconceito contra as identidades e sexualidades diversas – estão inscritos no contexto em que ocorre o rechaço ao que difere de normativas e padrões previamente estabelecidos.

Esclarecemos, portanto, que há uma importante distinção entre o olhar sobre a diversidade como um “reconhecimento da pluralidade de culturas presentes em sociedade, com sua multiplicidade de significados, exigindo postura ética e política de respeito para a convivência democrática” (GAIGHER; COSTA *apud* URQUIZA, 2017, p. 150) e a lente construída estrategicamente sobre a diferença³ que, evitada de preconceitos, substancia o “processo de constituição e hierarquização destes significados múltiplos das interações sociais” (IDEM, 2017, p. 150).

³ A discussão pretende adentrar o entendimento sobre a dinamicidade fenomenológica do turismo no que diz respeito às relações sociais a partir do encontro com o diferente e, jamais, romantizar a diferença utilizada como ferramenta para violar e anular as pluralidades através da tentativa de homogeneizar um determinado grupo.

Direcionando o olhar a uma retrospectiva histórica, concordamos com Grinover que “está claro que a primeira vocação da hospitalidade não era a ‘integração’ do outro, que, num certo sentido, corresponde à apropriação do outro por uma determinada lei, a ‘minha’ lei, para modificá-lo, exigindo uma metamorfose, ou seja uma violência” (2007, p. 37). O primeiro fator de peso na história da hospitalidade ocidental se materializa principalmente pela igreja católica na sobreposição de suas cimentações ideológicas sobre quaisquer outros, seja desde as perspectivas religiosa, cultural, política ou social. Ainda que neste contexto a hospedagem seja de caráter gratuito, oferecida como forma de acolhimento e caridade ao visitante, a intenção aqui é de subordinar este estrangeiro aos preceitos religiosos. Os elementos próprios e as crenças do outro são, não somente ignoradas, mas anuladas.

Mais adiante, a motivação de intervenção sobre o outro como forma de dominação é trasladada ao capital, transformando a organização e as inter-relações sociais de ao menos os últimos cinco séculos direcionadas à lógica capitalista que rege até a atualidade. Este processo tem um impacto decisivo sobre a percepção em relação à hospitalidade e compactua com a modificação das relações de hospedagem. Como exemplo de início do desenvolvimento dessa nova fase, temos casos como o ocorrido no final da Idade Média em que proprietários de meios de hospedagem se unem com “o propósito de transformar a hospedagem – até então quase sempre uma ação de caridade – numa atividade comercial” (PIRES, 2002, p. 02).

A massificação turística e a sua caracterização capitalista se consolidam a partir do século XIX, não por acaso, concomitante à Revolução Industrial. Neste período, surgem as ferrovias que permitem a conexão das cidades e acontece uma grande inovação tecnológica. São criadas cada vez mais vias de acesso e veículos motorizados como o automóvel e, depois, o avião, que permitem a impactante e enérgica quantidade de deslocamentos. Nesse contexto, “O carro é o símbolo da liberdade por excelência! Quase se poderia dizer que nos concedemos um direito natural à motorização e à mobilidade individual ilimitada. Talvez esteja muito próximo, porém, o dia em que a própria mobilidade se autoaniquilará” (KRIPPENDORF, 2000, p. 11). A internet acelera e expande o processo da prática turística, oferecendo serviços de todo tipo de modalidade e com grandes facilidades de acesso ao local por meio de fotos, localizações e descrições, e na compra de serviços. O espaço virtual inicia seu processo de substituição do espaço de experimentação da vida real e a potencialização do trânsito global, seja no seu aspecto físico ou informacional.

Há uma concordância quase uníssona em relação aos avanços e resultados positivos derivados do desenvolvimento tecnológico na modernidade. Em contrapartida, não temos como negar que a tecnologia é portadora de um perigoso dispositivo que traz percalços tanto às organizações coletivas sociais, como a nível individual, e pode chegar a resultados devastadores tal como os que estamos presenciando. Nessa continuidade lógica, devemos reter a atenção a uma “dupla tirania, a do dinheiro e da informação, intimamente relacionadas (SANTOS, 2007, p. 37). Os aspectos da insustentabilidade urbana, a saturação de carros e, por conseguinte, de ruídos, trânsito e poluição, o “lazer estático” (MOESCH, 2015, p. 61) sobretudo pela conexão virtual, a dizimação e exploração de povos, a devastação da natureza para benefício dos agronegócios e das transnacionais⁴ são alguns dos impactos destrutivos passíveis dos avanços tecnológicos como veículo facilitador das ações mas, sobretudo, no que compreende a difusão de informação massiva.

Um fator decisivo da ameaça, talvez o mais perigoso entre todos, é o que estrutura a construção de uma ideologia que outorga as devidas permissões para que todas estas ações sejam efetivadas, que se consolida por meio de normatividades e discursos que silenciam as vozes críticas e amenizam a imagem dos processos violentadores sobre o mundo natural do qual fazemos parte. O dinheiro e a informação “fornecem bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo *ethos* as relações sociais interpessoais, influenciando o caráter das pessoas” (SANTOS, 2007, p. 37). É aquele que vai construir uma retórica de ilusória leveza, como o “esconder o *marketing* sob a arte, a injunção sob o rito e a higienização sob a brincadeira” (MOESCH, 2015, p. 70). É o que fere cada uma das individualidades, que atravessa a sociedade com um discurso hegemônico e que viola os seres e os corpos. Milton Santos evidencia de forma transparente essa aliança entre o capital e o discurso ideológico.

[...] a centralidade é ocupada pelo dinheiro, em suas formas mais agressivas, um dinheiro em estado puro sustentado por uma formação ideológica, com a qual encontra-se em simbiose. Daí a brutal distorção do sentido da vida em todas as dimensões, incluindo o trabalho e o lazer [...] (SANTOS, 2007, p. 147).

Também no período da revolução industrial, por meio desta ideologia hegemônica, inicia-se a construção do lazer como contraponto ao trabalho (MAGNANI, 2015, p. 10). Momento no qual se radica a divisão do trabalho que demarca o ponto operante da exploração nas fábricas. Os problemas de saúde de cunho físico e psicológico surgidos na época são

⁴ À exemplo recente a devastação preocupante da floresta amazônica paralelo ao genocídio indígena, que não podemos deixar de mencionar como parte da agressão ao diverso e o seu extremo e preocupante alastre global, cujo fundamento se detém em interesses político-econômicos.

recursivas em decorrência da contaminação urbana, dos movimentos repetitivos e da grande carga de trabalho. Outro ponto importante a ressaltar é o que se refere à centralização e verticalização social. “As questões urbanas são parte e expressão de como a economia capitalística se organiza, em um modelo de concentração, expulsão e depredação da natureza” (MOESCH, 2015, p. 65). No cerne da cidade encontram-se os locais de trabalho, a máquina administrativa e burocrática. A procura por moradias próximas ao local de trabalho desencadeia a especulação de imóveis e o aumento dos bens e serviços deste núcleo urbano. Ocorre, então, a migração da população de menor poder aquisitivo para regiões marginais, destacando definitivamente as desigualdades sociais e a divisão da sociedade em posições hierárquicas.

Estes elementos dão origem à configuração de trabalho como se conhece hoje no qual, por mais que haja percorrido uma caminhada de transições em direção a condições mais favoráveis⁵, o trabalhador continua a sentir a falta de interesse pela área de atuação, as extensas horas de trabalho, o desânimo pelo cenário repetitivo e as culpas calcadas por uma retórica introjetada de que o trabalho dignifica. O labor toma a centralidade de toda a configuração social, incluída a prática cotidiana. O discurso de que a sua importância se sobressai às outras esferas de vivência faz com que o entendimento sobre o lazer se torne regida igualmente por esta face argumentativa infiltrada ao inconsciente coletivo. “Trabalhamos, sobretudo, para poder sair de férias, e temos necessidade de férias para poder retomar o trabalho. Descansamos para nos deixar atrelar mais facilmente à tarefa seguinte” (KRIPPENDORF, 2000, p. 12). A ideia do tempo livre permanece na parte contraposta ao trabalho e condicionada a este. O lazer, portanto, se configura como uma haste de apoio do labor, como um espaço de reconstituição para a volta ao trabalho, seja este praticado nas férias, no fim de semana, ou mesmo nas pausas de descanso diárias. As viagens marcadas nos espaços de tempo do não trabalho são pontos de tentativa de preenchimento de um vazio provindo das frustrações cotidianas.

As pessoas viajam porque não se sentem mais à vontade onde se encontram, seja nos locais de trabalho ou onde moram. Sentem uma necessidade urgente de se desfazerem temporariamente da rotina massificante do dia a dia do trabalho, da moradia e do lazer, a fim de estar em condições de retomá-la quando regressarem (KRIPPENDORF, 2000, p. 10).

⁵ Sob este aspecto é fundamental ressaltar que a análise se faz de forma generalista considerando que ainda nos dias de hoje permanece a existência, não rara, do trabalho infantil, trabalho escravo e diversas outras formas de exploração do trabalho, cujo lazer e ócio nem se quer entra em pauta para discussão, pois o tempo livre praticamente não existe em ditas situações.

A lógica discursiva está, portanto, à serviço do capital, e não contempla uma visão mais profunda sobre a humanidade em sua característica de pluralidade. A interferência manipuladora que atravessa os conceitos sociais sobre lazer e trabalho pretende, claramente, construir e reforçar o campo de poder e de lucratividade de um núcleo ínfimo interessado, corroborando com a dinâmica capitalista.

Ao mergulhar nesta análise, não obstante, entendemos que existe uma segunda questão que espessa a estratégia de predomínio da formação argumentativa ante moldada. Se por um lado, a lógica do trabalho se baseia na produção de capital e o lazer se configura como um impulsor econômico acoplado à benesse da reconstituição energética do trabalhador, por outro, a restrição sobre o desfrute efetivo do ócio solidifica o cerceamento das expressões individuais no campo criativo e identitário, assim como da produção de conhecimento. Obstaculizar o processo de permanência do indivíduo com ele mesmo e suas expressões criativas facilita a penetração mais efetiva de conceitos ilusórios impostos.

Moesch (2004) coloca que ao materializar o desejo de estarmos no mundo deslocando-nos, a viagem permite experienciar o conhecimento da parte do cosmo, uma eco-organização de nossa posição hologramática, pois nos permite a alteralidade. Dentro do sistema turístico aberto e orgânico, na forma de um holograma: a energia (que tem sua dinâmica propiciada pela fonte humana) para nossa construção teórica é o deslocamento – o qual denominaremos de nomadismo pós-moderno, utilizando a categoria de Maffesoli (*apud* MOESCH, 2004) – e o sedentarismo, que é o momento do encontro. Já o imaginário, é o desejo projetivo que impulsiona tal deslocamento, sendo este a energia que permite a dinâmica do sistema turístico orgânico de forma hologramática.

O lazer detém a qualidade de “estimular o criativo e a aquisição de novos conhecimentos, exercendo a função de condutor, encaminhador dos indivíduos no processo de busca do prazer e da felicidade” (MARCELLINO; *et. al.*, 2007, p. 13). Precisamente no momento de ócio que os processos inventivos e críticos são construídos em sua forma revolucionária, abrindo as portas para a afirmação das expressões individuais e permeando a mudança do relacionamento humano com o mundo natural, que começa a ser entendido, cada vez mais, como parte de um todo e não como um elemento subalterno. Sendo assim, uma atuação efetiva no campo do lazer poderia “contribuir com o efetivo exercício de cidadania e com a melhoria da qualidade de vida, buscando a transformação social, no sentido de tornar a nossa realidade mais justa e humanizada” (IDEM, 2007, p. 23).

Para além do lazer, se faz clara a percepção de que o turismo e a cultura também são pensados desde uma ótica reducionista e excludente (MOESCH, 2015, p. 64), em que o aspecto econômico transcende quaisquer outras visões, possibilidades e campos de atuação. Estes elementos resultam no êxito e impulsionamento da comercialização, ou mesmo, industrialização do turismo como um ponto de fuga do diário árduo e monocromático das relações cotidianas com o trabalho e, por consequência, com a vida em si.

Os próprios significados atrelados ao turismo mais aceitos globalmente refletem o aspecto dominante da dimensão econômica. Ao retroceder temporalmente, a definição aprovada pela Organização Mundial do Turismo (OMT)⁶ em 1968, conceitua o turista como um visitante efêmero que permanece, no mínimo, vinte e quatro horas no país de destino e cuja motivação deve ser a do lazer ou a do trabalho (COHEN, 1984, p. 374). Ou, mais recentemente, a publicação realizada em 1994 pela Organização Mundial do Turismo que se refere ao turismo como “atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e permanência em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período consecutivo de tempo inferior a um ano” (SANCHO, 1998, p. 11, tradução nossa⁷). As definições em proeminência têm a sua funcionalidade para a criação de dados estatísticos ou para nortear o campo legislativo, “mas não é satisfatória para a maior parte do trabalho sociológico, porque é muito ampla e teoricamente vazia de significado” (COHEN, 1984, p. 374, tradução nossa⁸).

A prática turística tal como se configura na pós-modernidade denota um fator de grande peso para o campo da economia global. Diversos estudos entendem o turismo como “uma das principais atividades para a economia mundial” (SANITÁ; *et. al.*, 2012, p. 495), arguição que se sustenta por meio de dados estatísticos que comprovam a importante participação nos ingressos financeiros no PIB mundial publicados, à exemplo, pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo⁹ e a Organização Mundial do Turismo. Considerando a notória capacidade comercial da prática turística, cria-se a estratégia de localizar os grupos de potenciais consumidores e criar segmentos próprios para atender as necessidades ou vontades diferenciadas que estes clientes têm em comum.

⁶ A Organização Mundial do Turismo (OMT) é uma instituição não governamental que reúne associações privadas e governamentais de turismo. Foi criada em 1925 e denominada à época *União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens* (IUOTO). Desde 2003 é uma agência especializada das Nações Unidas.

⁷ “*actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos a su entorno habitual, por un periodo de tiempo consecutivo inferior a un año, con fines de ocio, por negocios y otros*” (SANCHO, 1998, p. 11).

⁸ “*but it is unsatisfactory for most sociological work because it is too broad and theoretically barren*” (COHEN, 1984, p. 374).

⁹ Nome original em inglês: World Travel and Tourism Council.

Os primeiros registros de definição de segmentação de mercado foram feitos por Smith (1956) quando introduziu o conceito de que o mercado é heterogêneo, mas que pode ser decomposto em partes homogêneas, para fins de atendimento às necessidades destas partes, ditas segmentos de mercado (IDEM, 2012, p. 496).

Ao transferir esta lógica ao campo comercial turístico dos homossexuais homens, nos deparamos de frente com a segmentação criada para o *turismo gay*, representada pela bandeira do arco íris, entenda-se aqui a menção de tom irônico.

O mercado se configura dicotomicamente conforme as tendências da época. “As antigas formas de turismo de massa baseavam-se no casal heterossexual” (URRY, 2001, p. 189-190), indeferindo o acesso de homossexuais às práticas turistas durante os séculos XIX e XX. Atualmente, percebendo o potencial econômico endossado por pesquisas que afirmam, por exemplo, “que o público homossexual gasta 30% a mais do que os heterossexuais¹⁰” (GUERRA *apud* ALVES, 2015, p. 34), o mercado volta a sua atenção a este grupo e cria o segmento LGBT. Passando a mesma mensagem de distintas formas, um autor atrás de outro defende que este *nicho*¹¹ tem “um aguçado senso para o conforto e suas escolhas recaem, na maioria das vezes, por ambientes e lugares bem cuidados, confortáveis e que possuam um conceito interessante, aliados a um atendimento impecável” (IDEM, 2015, p. 28), o que reforça uma suposta característica consumista deste grupo, em seu formato mais supérfluo e estereotipado possível.

Circunscrito a estes pontos surgem problemas sérios de discursiva que permanecem contrárias ao acolhimento para com a diversidade. Não somente por deixar de abarcar as demais identidades e orientações sexuais contempladas pela luta LGBT+ dentro da lógica de hospitalidade turística trazendo a clareza de que a preferência se dá por motivos financeiros, mas por reforçar o discurso que invisibiliza as expressões diversas por meio de preleções levianas e que reforçam estereótipos que não condizem com a realidade da maioria do grupo, inclusive quando referido aos homossexuais homens. A segmentação turística é uma divisão demasiada superficial que acaba por tolher as pluralidades sociais e as peculiaridades individuais por meio do reforço de moldes estereotipados que definem as tendências do momento.

Portanto, para fins de análise do objeto deste estudo entendemos turismo, a partir de Moesch como, os seres humanos são sujeitos nômades.

¹⁰ Refere-se a pesquisa realizada no Brasil.

¹¹ A palavra denota a caracterização econômica em si mesma.

Nomadismo que se faz representar historicamente pelo tipo de deslocamento, deslocamento que se expressa determinado pelas condições econômicas, sociais, tecnológicas e ideológicas de cada tempo histórico, mas criadora acima de tudo. O real do Turismo é uma amálgama na qual tempo, espaço, diversão, economia, tecnologia, imaginário, comunicação, diversão e ideologia são partes de um fenômeno pós-moderno, em que o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor da prática social turística. Não nego a contingência material do Turismo em sua expressão econômica, mas ela ocorre historicamente, em espaços e tempos diferenciados, cultural e tecnologicamente construídos, a serem irrigados com o desejo de um sujeito biológico: sujeito objetivado, fundamental para a compreensão do fenômeno turístico como prática social, e subjetivado em ideologias, imaginários e necessidade de diversão, na busca do elo perdido entre prosa e poesia (MOESCH, 2004, p. 495).

O nomadismo mantém ligação direta, no campo da matéria, com a locomoção física dos corpos pelas distintas regiões do planeta, o turismo em sua percepção concreta. Não obstante, o nomadismo poder ser percebido nas adentras da imensidão de cada ser, nas dimensões do campo intelectual, emocional e espiritual. Como seres humanos, permanecemos sujeitos a constantes transformações e movimentações na evidencia de não existir homogeneidade da forma humana para além daquela construída ideologicamente.

De forma clara, as discussões reducionistas acerca do turismo e, da mesma forma, sobre a luta LGBT+, não somente se mostram supérfluas, mas perigosas ferramentas de perpetuação dos elementos opressores determinados pelos discursos autocentrados. Como ressaltado por Curiel, devemos nos posicionar contrariamente às imagens superficiais que se tem sobre o regime heterossexual, na qual a “sexualidade heterossexual domina e onde as pessoas não heterossexuais são marginalizadas” (CURIEL, 2011, p. 10, tradução nossa¹²). A discussão deve aprofundar no sentido de entender que a sexualidade transcende de forma absoluta a polarização criada pelo discurso estratégico. A sexualidade é particular de cada indivíduo.

Quando tratamos do “outro”, entendemos que ele difere de um padrão “nosso” homogêneo, dominante, concreto e imutável, ou seja, um estado de ilusão. Estar conscientes é compreender que não se trata de entender o “outro”, mas a nós mesmos. No campo da antropologia, Curiel defende à visão mais questionadora da antropologia latino-americana em relação à antropologia eurocêntrica, que entende que “‘o outro’ é parte construtiva e problemática do ‘si mesmo’” (IDEM *apud* JIMENO, 2013, p. 24, tradução nossa¹³).

¹² “*sexualidad heterossexual domina y donde las personas no heterossexuales son marginadas*” (CURIEL, 2011, p. 10).

¹³ “*‘el otro’ es parte constitutiva y problemática del ‘si mismo’*” (IDEM *apud* JIMENO, 2013, p.24).

1.2 O Movimento LGBTQ+ no Brasil

É notória a relação permeada entre as expressões do colonialismo e o desenvolver das discussões e da resistência LGBTQ+ no Brasil, ambas tão atuais e presentes. Bacci ressalta que “no que diz respeito à organização social, as hierarquias, os privilégios, as deferências e os outros modos de expressão das desigualdades passaram, para serem aceitos, incluídos, a depender de outras lógicas de construção e justificação” (2016, p. 21). Dos cantos mais sutis aos campos onde se percebe o fator violentador de forma mais clara, são perceptíveis as digitais deixadas pelo decorrer histórico de dominação eurocentrada na qual a construção social se explica de forma linear, vertical e hierarquizada.

A partir da compreensão de que as nossas expressões são consequência do massificante constructo ideológico que eterniza a centralidade prepotente de um modelo estudado previamente para conduzir a uma uniformidade estratégica, torna-se relevante compreender a luta LGBTQ+ fundamentalmente como um movimento político, de resistência. Na intenção de levantar uma nova ótica de “análise teórica e política”, Curiel se refere à “heterossexualidade como um regime político que atravessa a maioria das relações sociais que ocorrem em uma nação, questionando a ideia de entendê-la como uma prática, orientação ou opção sexual” (2011, p. 02, tradução nossa¹⁴). Destarte, a categorização sobre as distintas orientações sexuais e identidades de gênero, além dos significados atrelados à sigla, servem como instrumentos educativos, materializando elementos com a intenção de facilitar a assimilação em direção à quebra de preconceitos anteriormente instalados. Portanto, estes conceitos não devem saltar a motivação principal do movimento. Submergimos aqui na pragmática narrativa histórica do movimento LGBTQ+ a fim de contribuir com a análise sobre o processo político atual que será abordado mais adiante.

Mesmo que oficialmente o movimento tenha se consolidado nos anos 70 no Brasil, década muito expressiva no que se refere ao movimento homossexual nos meios artísticos literários e meio de comunicação, algumas expressões corajosas iniciavam o processo - entre

¹⁴ “heterossexualidad como un régimen político que atraviesa la mayoría de las relaciones sociales que se dan en una nación, cuestionando la idea de entenderla como una práctica, orientación u opción sexual” (CURIEL, 2011, p. 02).

os anos 40 e 60- de “saída do armário”, ainda que de forma tímida, considerando o forte rechaço.

À exemplo constam as publicações de literatura lésbica erótica de Cassandra Rios¹⁵, cuja primeira publicação sobre o tema se efetivou em 1948, conforme menção de Bacci em concordância com Reimão

Cassandra Rios surge para o Brasil com o livro *A volúpia do Pecado*. Seus livros ousavam abordar questões acerca da sexualidade considerada normal ou desviada, e isso lhe trouxe um sucesso editorial, ainda que na marginalidade intelectual, mas que fez dela a Cassandra, uma escritora com produção literária com cerca de 50 livros, cada um com mais de dez edições, sendo a primeira escritora brasileira a atingir a marca de um milhão de exemplares vendidos. Sua primeira publicação foi aos 16 anos, e ela chegou a ser uma das escritoras mais censuradas do país, principalmente no período da ditadura (BACCI *apud* REIMÃO, 2016, p. 42).

Ademais, no ano de 1963, Agildo Guimarães publicou do primeiro jornal homossexual, o *SNOB*, que segundo Martins atingiu mais de 100 publicações até o ano de 1969. “A distribuição, de início entre amigos, com o passar dos anos ganhou repercussão na ‘comunidade entendida’ estando disponível nos pontos de encontro das ‘bichas’” (MARTINS, 2010, p. 63). O jornal foi inspirado a partir da criação da Associação Brasileira de Imprensa Gay (ABIG), no início dos anos 60, período em circularam diversas publicações, de acordo com Rodrigues.

No início da década de 1960, surgiram as primeiras publicações dirigidas para o público homossexual. No Rio, tínhamos, de restritíssima circulação, as publicações *SNOB*, *Le Femme*, *Subúrbio à noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, *O Vic*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Magazine*, *20 de Abril e O Centro*; em Niterói existiam *Os Felinos*, *Opinião*, *O Mito*; em Campos havia o *Le Sophistique*; na Bahia contava com *O Gay e O Gay Society*, *o Tiraninho*, *Fatos e fofocas*, *Baby Zafiro*, *Little Darling e Ello* (RODRIGUES, 2014, p. 89).

A grande gama de publicações evidencia a necessidade das pessoas homossexuais¹⁶ em se reconhecerem em uma cultura própria em que pudessem expressas as suas sexualidades à época. Conforme ressalta Rodrigues estas publicações “eram jornais que versavam sobre amenidades e badalações sociais, sem esquecer de falar de acontecimentos culturais, reportagens e classificados” (IDEM, 2014, p. 89). Mesmo com a ausência do teor conceitual político do movimento, os desenrolares culturais não continham menor importância, ao

¹⁵ “Cassandra Rios (pseudônimo de Odete Rios). Nascida em 1932, assumiu-se Cassandra em 1948, vivia em São Paulo e foi a primeira escritora a escrever sobre lesbianidade, desejos, prazeres e o ser lésbica. Cassandra Rios, certamente, em minha memória, marca os antecedentes das vozes lésbicas no Brasil” (BACCI, 2016, p. 42).

¹⁶ A menção deste período histórico faz, recorrentemente, referência ao aspecto da sexualidade unicamente, sem incluir as identidades dissidentes do movimento, considerando os pequenos espaços de discussão sobre transgeneridades à época e, portando, a diminuta quantidade de estudos que, pelo menos, se refiram à temática neste início da segunda metade do século.

contrário, foram fundamentais para iniciar o entendimento coletivo das distâncias de suas expressões com os modelos ditados.

Ainda às vésperas da década de 1970, Ângela Rô Rô é a primeira cantora do MPB a se assumir como lésbica, o que ocasionou, não por acaso, diversas dificuldades durante a sua vida, inclusive em sua carreira, reforçados pelo ato opressor da ditadura¹⁷ no Brasil.

A década de 60 representa um período de fortes inclinações ideológicas contidas nos discursos e publicações militares que construía a imagem do homossexual no escopo do comunista inimigo e que potencializam as já existentes visões pejorativas sobre a população dissidente que percorrem séculos, conforme recorda Cowan.

Preocupações para com a homossexualidade e a segurança nacional vieram à tona muito antes de 1964, quando autoridades policiais, médicas, legais e políticas procuraram patologizar e controlar a homossexualidade como uma prática perigosa, secreta, degenerativa, e ligada ao gênero; uma prática que estas autoridades associaram, imprecisamente, com a subversão e a (in)segurança nacional (COWAN, 2014, p. 30).

Segundo Quinalha, os homossexuais “foram alvo do peso de um regime autoritário com pretensão de sanear moralmente a sociedade e criar uma nova subjetividade afinada com os princípios binários e heteronormativos” (QUINALHA, 2018, p. 02). A constante imagem apontada sobre a população de sexualidade dissidente prepara um aprofundamento do regime no que se refere às agressões e restrições de liberdade.

Após instituído um dos mais duros decretos, o quinto Ato Inconstitucional (AI-5), em 1968, o qual determinou o fechamento do Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas, se potencializaram todas as opressões às expressões individuais, mas também iniciou-se um grande movimento de perseguição e aumento do número de desaparecimentos, torturas e mortes como instrumentos de repressão, o que, segundo Green, reforçaram o medo.

O AI 5 que suspendeu o *Habeas Corpus*, entre outras medidas, provocou uma sensação de vulnerabilidade no cidadão comum. Os comentários que circulavam sobre a política do estado de torturar os opositores também reforçavam o medo quando homens fardados paravam as pessoas na rua ou pediam documentos (GREEN, 2014, p. 184).

Paralelo a este processo e como reativa ao regime cada vez mais bárbaro que cedeu passo às graves violações à população brasileira, os anos sucessores do AI-5, início da década de 1970, se tornaram fortes marcas dos movimentos de resistência da esquerda política. O

¹⁷ O Golpe de Estado efetivado através de intervenção militar no ano de 1964, que tomou o poder do então presidente democraticamente eleito, João Goulart (Jango), e que deu início ao regime militar que perdurou até 1985.

período impulsionou, ainda, diversos movimentos importantes, dentre eles o homossexual. Nada obstante, houve uma dificuldade no que se refere à compreensão da necessária união contra a opressão, de tal maneira que Fernandes afirma da dificuldade para além daquela de viver em um estado político militar.

A segunda dificuldade foi o enfrentamento com outra forma autoritária de se fazer política da esquerda ortodoxa, que não compreendia que a urgente necessidade de se pensar a sexualidade, o racismo, o machismo e o patriarcado, conjuntamente com as demais causas sociais, era um instrumento fundamental para a mudança da estrutura social e o fim da opressão existente. (FERNANDES, 2014, p. 126).

Neste período, segundo Rodrigues, “apesar da censura imposta a todas e todos, em 1969, seis meses após o AI-5, surge aquele que viria a ser o primeiro jornal conhecido, inicialmente, como ‘alternativo’ – o *Pasquim*” (RODRIGUES, 2014, p. 85). O autor descreve o jornal corroborando com Chinem, onde afirma que “o *Pasquim* não era um jornal político, era apenas um jornal debochado, de contestação, indignado, que queria sair do sufoco” (IDEM *apud* CHINEM, 2014, p. 85). O Jornal não era direcionado ao público homossexual. Segundo Colaço, o *Pasquim* deu uma força para a revolução cultural, mas por vezes, adotava posicionamentos conflitantes “desqualificando a luta das mulheres e exibindo grande ambiguidade em relação aos homossexuais” (COLAÇO, 2014, p. 231). Porém, por ser uma forma de imprensa que questionava os padrões da chamada grande imprensa que atendia à interesses militares, se tornou precursor de novos formatos de publicações, dentre eles os que focavam nas discussões sobre gênero e sexualidade, conforme mencionarei adiante.

Seguindo a ordem cronológica e voltando às lentes para as expressões artísticas, o início da década de 1970 arranca com transformações culturais que refletem a ânsia por uma mudança do paradigma da sexualidade com força mundial, com o qual Green corrobora afirmando

Os shows e as imagens de Caetano Veloso, especialmente depois da sua volta do exílio em 1972, quando ele enfatizava o seu lado feminino, as performances dos Dzi Croquettes¹⁸ em 1973, com rupturas e misturas de representações de gênero, e a popularidade de Ney Matogrosso, que cantava com uma voz fina e efeminada, ofereceram novos ícones e novos padrões que romperam com os papéis tradicionais de homens e mulheres (GREEN, 2014, p. 185).

O autor recorda sobre os boatos acerca da homossexualidade das compositoras da MPB, Maria Betânia e Gal Costa, que mesmo sem se assumirem traçavam uma nova imagem

¹⁸ Dzi Croquettes foi um grupo brasileiro de dança e teatro criado em 1972, que se destaca por suas criações andróginas e que questionam claramente os modelos de sexualidade hegemônicos. A companhia existiu até 1976, mas mesmo com o sua vida curta, se estabeleceu como um marco cultural para o movimento LGBT+.

para as lésbicas que começavam a mergulhar no mundo da sociabilidade afetiva entre mulheres (IDEM, 2014, p. 185).

Em 1978 nasceu o jornal *Lampião da Esquina*, criado com o objetivo de abarcar questões pouco discutidas até então sobre a homossexualidade, conforme registrado por Rodrigues, “além de lutar contra a repressão e o preconceito fortemente recrudescidos durante a ditadura militar” (RODRIGUES, 2014, p. 90). Colaço define o *Lampião da Esquina* como

O jornal mais abrangente e revolucionário dentre os chamados alternativos: além de ser o único que pautava todos os novos movimentos sociais –negros, feministas, prostitutas, indígenas, ainda que majoritariamente publicasse matérias sobre a questão das homossexualidades (e, aí, invariavelmente a partir da perspectiva masculina) (COLAÇO, 2014, p. 231).

Frente à face política do movimento homossexual, em 1978 foi fundado o grupo SOMOS (Grupo de Afirmação Homossexual), em São Paulo, que, à priori, se caracterizou pela discussão sobre as questões gueis. “A partir de março de 1979, algumas lésbicas, aproximadamente umas quinze, entraram para o Grupo Somos de Afirmação Homossexual” onde começaram “juntamente com os gays que já compunham o grupo, sua atuação política” (FERNANDES, 2014, p. 129).

No mesmo ano, as lésbicas se uniram à luta feminista criando o subgrupo Lésbico Feminista (LF) e se agregaram à coordenação do II Congresso da Mulher Paulista, programado para os dias 8 e 9 de março de 1980. Entretanto, a enérgica disposição para com o evento foi frustrada já que, segundo relatado por Fernandes, “a presença do LF, na coordenação e no congresso, criou uma situação incomoda e várias formas de preconceito foram sentidas” (IDEM, 2014, p. 129).

Nos ano de 1980, ao mesmo tempo em que o delegado José Wilson Richetti iniciava a sua atuação como delegado da 3ª DO da Seccional Centro de São Paulo, promovendo o que foi tenebrosamente chamado de Operações de Limpeza e Rondão, na qual invadia locais de encontros de socialização entre gueis e lésbicas, as atuações ativistas se destacavam. Uma das pautas fundamentais se referia, segundo Bacci em corroboração com Howes,

Ao registro jurídico das organizações de homossexuais, pela retirada da classificação do homossexualismo como desvio e transtorno sexual no parágrafo 302.0 da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS), pela proibição de discriminação por orientação sexual no Código de Ética dos Jornalistas e na Constituição Federal de 1988 (BACCI *apud* HOWES, 2016, p. 33).

No mesmo ano, ocorre um conflito generalizado no grupo SOMOS e as lésbicas acabam se desvinculando do grupo, criando o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), em 1981. Para possibilitar a difusão sobre as atuações militantes do grupo, foi criada o jornal *Chana com Chana*, que focava nas questões que envolviam a lesbianidade e cuja distribuição se realizava principalmente no Ferro's Bar¹⁹, um restaurante comum durante o dia que acabou se tornando o ponto de encontro lésbico mais popular durante a noite.

Frente ao ato de repressão, em 1983, no qual os proprietários do bar tentaram impedir violentamente a repartição de uma publicação da *Chana com Chana*, a reconhecida ativista Rosely Roth protagonizou a articulação do grande ato no dia 19 de agosto que ficou conhecido como o “pequeno Stonewall²⁰”. Fernandes narra o acontecimento:

Por volta das 21h30 desse dia [...] teve início uma grande concentração do lado de fora do Ferro's. Logo em seguida, homens e mulheres bem diferentes daqueles e daquelas que costumavam frequentar o bar começaram a adentrar o recinto, como se fossem consumidores comuns, Homens de barba, mulheres bem vestidas, enfim, uma grande 'força estranha'. Já acomodados às suas mesas, em um dado momento, essas pessoas começam a gritar: entra, entra, entra. A vereadora Irede Cardoso, lã dentro, inicia em alto e bom som um discurso sobre a luta de liberdades democráticas [...] as lésbicas do GALF, ativistas gays e jornalistas entra, em um grande tumulto foi formado (FERNANDES, 2014).

O ato, segundo Bacci em concordância com a ativista Carmen Luiz “é um marco na história do movimento de lésbicas [...] também pelo fato de ter enfrentado a repressão imposta na época pela polícia paulista sob o comando do Delegado José Wilson Richetti” (BACCI *apud* LUIZ, 2016, p. 71).

Outro aspecto de destaque do movimento na década de 80 se refere ao período crítico de contaminação por HIV e o estigma direcionado ao gueis. O desamparo à população homossexual nos diferentes âmbitos sociais, incluído sistema de saúde os tornou mais vulneráveis ao vírus, e conseqüentemente à contração do HIV²¹, causando um número alarmante de mortes. A questão foi basilar para o reforço da imagem do homossexual como inimigo perigoso, sinal que reverbera até os dias atuais, expresso, por exemplo, pelos preconceitos sobre pessoas vivendo com HIV (PVHIV).

¹⁹ O recorte espacial da narrativa se refere ao centro metropolitano de São Paulo.

²⁰ Referência à Revolta de Stonewall que ocorreu no dia 28 de junho de 1969, em Nova York, nos EUA, no qual o bar *Stonewall Inn* que, frequentado por gueis, lésbicas, Travestis, Drag Queens e prostitutas, sofreu ação e invasão violenta da polícia. O ato ficou marcado pelas manifestações de enfrentamento e resistência às prisões e se tornou marco de representação mundial da luta LGBT.

²¹ Atualmente, é de sabedoria pública que nem todo portador de HIV desenvolve a síndrome clínica AIDS. Ainda que não haja como reverter o quadro soropositivo, considerando os grandes avanços tecnológicos na área da saúde, a partir do momento em que a pessoa portadora do vírus detecta e procede com o tratamento correto, são menores as chances da doença se desenvolver.

No ano 1985, não por acaso o mesmo que findou a ditadura militar no Brasil, foi sede da primeira conquista a nível institucional do movimento, quando o Conselho Federal de Medicina passou a desconsiderar a homossexualidade como patologia. Este fator deu força à discussão sobre a utilização de homossexualidade no lugar de “homossexualismo”, palavra esta que utiliza o sufixo “ismo” para atribuir a ideia pejorativa e associação à doença. Mas, segundo recorda Bacci, “foi somente em 17 de maio de 1990, numa Assembleia Geral da ONU, que a OMS retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais” (IDEM, 2016, p. 31).

O período também foi marcante, ainda no que diz respeito ao avanço dos estudos sobre a aids e de políticas Públicas direcionadas a pessoas vivendo com HIV. A década de 90 foi berço da política de distribuição gratuita dos medicamentos antirretrovirais, que inibem a proliferação do HIV.

A saída da ditadura e entrada dos últimos anos do século XX foi marcante no que se refere às conquistas do movimento LGBT+, prometendo um mergulho para um novo olhar sobre as conceituações de cada uma das letras da sigla, que passa a abarcar não somente as dissidências no que se refere à sexualidade, mas, também, às distintas identidades de gênero. Neste processo, cada um dos partícipes do movimento, seja gueis, bissexuais, lésbicas, transgêneros, intersex, travestis ou demais categorias contempladas, as discussões políticas se fazem separadamente por cada grupo considerando as singularidades das questões a serem abordadas.

Somente em 1997 o Conselho Federal de Medicina admitiu que fossem realizadas as cirurgias de transgenitalização. (ÁVILA, 2014, p. 25). Portanto, o movimento transgênero, relegado por muitos anos, inclusive pela população LGBT+, consegue se estabelecer e ganhar mais atenção somente nos últimos vinte e cinco anos.

A visibilidade LGBT+ vem sendo discutida cada vez com mais ânimo na década de 1990. A ocupação das ruas se torna um importante elemento no que se refere às formas de militâncias nas últimas duas décadas. Cabette recorda que “em 1995, a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex realizou a sua 17ª conferência no Rio, que terminou com uma pequena marcha na praia de Copacabana” (CABETTE, 2017).

A primeira Parada LGBT²² foi celebrada na Av. paulista, no ano de 1997, com a presença de duas mil pessoas.

As questões institucional e judicial que visam dar suporte à população LGBT+ iniciam timidamente no início do novo milênio, não sem um tremendo esforço por parte da militância que permanece na luta pelos direitos iguais. Conforme referenciado por Nardi e Brandelli apresentam os fatos históricos sobre o processo do reconhecimento da união estável entre homossexuais.

Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo. A decisão legitimou esses casais como entidades familiares assegurando-lhes direitos, como o de posse de bens, adoção e sucessão em caso de morte de seu/sua parceiro/a. Apesar da votação unânime, a medida também repercutiu de forma negativa, inclusive em setores do meio jurídico, para citar um exemplo, o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública em Goiânia, Jeronymi Pedro Villas Boas, determinou no dia 18 de junho do mesmo ano a anulação do primeiro contrato de união estável entre homossexuais firmado em Goiás. [...] Essa decisão desafiou a hierarquia do sistema jurídico brasileiro e, apesar de ter sido alterada em segunda instância, visibiliza um debate presente na arena pública que opõe duas formas de compreensão do laço social (NARDI; BRANDELLI, 2011, p. 152).

Não obstante, mesmo com algumas transformações no âmbito institucional, é translúcida a formação cultural brasileira baseada em padrões normativos dos preceitos conservadores da igreja católica que, mais recentemente, são perpetuados pelas bancadas evangélicas que ocupam os mais distintos cargos públicos e políticos. A história se desenrola cronologicamente, mas a espiral do tempo sem memória permite a volta das mesmas configurações sociais e políticas com uma roupagem nova de irreal sutileza elaborado por aprimorados novos discursos, mas ainda assim dominantes.

Não por acaso, a transexualidade foi retirada do quadro de transtornos mentais da OMS somente em 2018, no ato de reformulação da Classificação Internacional de Doenças (CID). Em continuação à lista de admiráveis fatos, somente em maio do ano passado (2019) a homofobia e a transfobia foram criminalizadas, após diversos cancelamentos e adiamentos nas datas de votação. O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a criminalização com 8 votos favoráveis em contraparte dos 3 desfavoráveis. Ambos os casos são motivos de comemoração, com a devida consciência sobre a dificuldade e luta enfrentada por diversas frentes em defesa aos Direitos Humanos e, mais especificamente, ao movimento LGBT+, e o que a atualidade da conquista representa.

²² Atualmente, a 23ª Parada LGBT de São Paulo, umas das Paradas mais conhecidas no mundo, reuniu três milhões de pessoas.

Diante deste contexto sociocultural impõem-se estudos mais aprofundados sobre a representatividade da população LGBT+ nos processos de fluxos globalizados como o Turismo, e o conseqüente acolhimento em suas práticas, eventos que serão apresentados no segundo capítulo desta pesquisa.

2 DOS PROPÓSITOS E CONCEITOS QUE EMBASAM A PESQUISA

2.1 Trilhando o desvelamento do objeto de estudo

Atendendo o caráter sociológico em integração com os campos protagonistas abordados na presente monografia – Turismo, Hospitalidade, Diversidade e Cidadania – em que se pretende alcançar determinadas camadas mais complexas das relações humanas nas práticas turísticas, seja sob a ótica do estranhamento pelo encontro com a dissidência sexual e de gênero, seja pela hospitalidade nas práticas turísticas, e sempre analisando os contextos políticos e sociais, optou-se por fundamentar o trabalho em uma pesquisa de cunho qualitativo.

Neste sentido, o objetivo geral do estudo se detém em realizar uma análise sobre os impactos das narrativas que incitam o preconceito e ódio e sua incidência nos direitos fundamentais da população LGBT+ e, ainda, por consequência, sobre as práticas de hospitalidade para com este grupo na esfera do Turismo. O recorte espacial elegido foi o Brasil e o recorte temporal atravessa desde o início da segunda metade do século XX até a data atual, no sentido de realizar um paralelo analítico entre as primeiras manifestações do movimento LGBT+ no período da ditadura militar ocorridas nas grandes metrópoles brasileiras, principalmente, São Paulo, e as violações dos direitos fundamentais da população LGBT+ no atual contexto político brasileiro, para então realizar o estudo de campo sobre os impactos desta atmosfera sobre as práticas turísticas na ótica da hospitalidade.

Os quatro objetivos da pesquisa se estabelecem na busca por localizar os aspectos fundadores dos discursos de ódio contra a população LGBT+, promover os diálogos entre a hospitalidade no fenômeno turístico e a diversidade em consonância com o conceito de cidadania, trazer luz à incidência da problemática sobre a hospitalidade nas práticas turísticas e, por último, adentrar a percepção dos turistas LGBT+ segundo as suas vivências de hospitalidade e de hostilidade no Turismo. A pesquisa é elaborada sob a suspeita crítica de que, diante da atual conjuntura do país, tanto as próprias medidas governamentais retrógradas e conservadoras como também o fascismo social expresso cotidianamente nas práticas sociais e estimulado pelo atual governo, são fatores de grande impacto nas práticas de turismo da população LGBT+, por vivenciar inúmeras investidas de marginalização e exclusão social, além de violência física e simbólica.

As características da pesquisa são aqui apresentadas de forma resumida e introduzindo a explanação sobre a metodologia aplicada, como forma de situar o leitor sobre o objeto de estudo, ao qual sucede o quadro síntese do caminho metodológico para facilitar a visualização da ligação entre as distintas etapas.

Quadro 1: Síntese do caminho metodológico

| Síntese do Caminho Metodológico | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|
| Problema de pesquisa: Qual o impacto dos discursos de ódio e a violação de direitos da população LGBT+ na desumanização do acolhimento no Turismo? | | |
| Objetivo geral: Analisar as práticas de hospitalidade no Turismo diante da narrativa preconceituosa sobre os Direitos Humanos da população LGBT+ no Brasil e como se estabelece o processo de empatia ao acolhimento desta população. | | |
| Objetivos Específicos | Questões de Pesquisa | Como Fazer? |
| Identificar os elementos que fundamentam as características sociais com bases conservadoras e moralistas como forma de incentivo das expressões de ódio contra a população LGBT+ no Brasil | A crescente construção dos discursos de ódio contra a população LGBT+ no Brasil | Estudo bibliográfico e análise de notícias publicadas entre 2015 e 2019 |
| Localizar pontos fundamentais do diálogo entre o fenômeno turístico, a hospitalidade, a diversidade e a cidadania | Estudo dos elementos que interacionam o turismo, a ideia de diversidade, a hospitalidade e a cidadania, utilizando como base os direitos humanos | Estudo bibliográfico |
| Elucidar sobre a interferência da problemática da LGBTfobia sobre a hospitalidade nas práticas turísticas | Pontos de incidência da violação dos direitos humanos LGBT+ sobre a desumanização turística | Estudo bibliográfico, e entrevistas com a população LGBT+ |
| Analisar sob a percepção dos turistas da população LGBT+ as práticas de hospitalidade e de hostilidade vivenciadas no Turismo | O olhar da população LGBT+ sobre a hospitalidade no Brasil | Entrevistas com a população LGBT+ |

A partir da identificação e análise do “estado da arte” e dos aportes direcionados ao estudo sobre a população LGBT+ no prisma do Turismo, foi chegada à evidência de que há a

necessidade de se adentrar mais nas discussões sobre gênero, principalmente no que se refere à desconstrução do que atualmente se entende sobre este conceito, circunscritos nos estudos

do Turismo. Este fator se faz claro quando compreendemos o quão atual são as discussões teóricas de ambos os temas versus a força com que cada uma das duas pautas vem tomando espaço nas últimas duas décadas pela sua marcante presença no campo prático. Este apontamento se torna relevante no sentido de aprofundar as pesquisas teóricas como forma de nos conscientizar sobre as vivências do agora e poder tomar medidas para mudar a realidade dos aspectos deletérios da falida ordem global neoliberal, tanto no que se refere aos impactos do turismo sobre os meios ambiente e social, como à violência instaurada pelo viés do ódio que se transformam em amarras perpétuas da população dissidente. Partindo da perspectiva de que as abordagens teóricas que transitam entre as duas frentes, Turismo e Diversidade LGBTQ+, em sua maioria, percorrem uma arguição de veemente enfoque no discurso do capital, em que os apontamentos são feitos primordialmente em direção ao *Pink Money* e ao turismo LGBTQ – mesmo em casos de que houve o intento de dissolver este escopo – esta monografia se justifica como uma contribuição para o diálogo entre as análises mais recentes de ambas as esferas.

Diante do problema enfrentado que questiona sobre o impacto da narrativa de ódio sobre os direitos da população LGBTQ+ e quais os aspectos destas violações se transferem para o âmbito de acolhimento no Turismo, o caminho metodológico adotado atravessa os debates teóricos, sobretudo, mas também perpassa pelo campo empírico, cujo trajeto se estabelece pela análise bibliográfica, representações da realidade vivida por meio de entrevistas estruturadas de pergunta aberta, e levantamento de dados de fontes secundárias, como relatórios emitidos por instituições estatais e organizações não governamentais. Faz-se, ainda, o estudo sobre os debates contemporâneos extraídos de fontes complementares como composições musicais e produções audiovisuais, o qual será utilizado para enriquecer a discussão do objeto de estudo.

Dos materiais complementares, utiliza-se principalmente os trechos da música “Elevação Mental” escrita e cantada por Triz, jovem rapper transgênero não binário, por sua letra ativista sobre a diversidade; e o documentário “Democracia em Vertigem” dirigido pela cineasta Petra Costa, este segundo por sua imersão no debate sobre o desmoronamento da democracia brasileira mas especificamente nos últimos quatro anos, mas que se inicia no ano

de 2013, com os primeiros movimentos sociais direcionados estrategicamente contra a presidente à época, Dilma Rousseff.

As fontes secundárias²³ utilizadas pretendem trazer dados específicos sobre as violações dos direitos humanos da população LGBTQ+ no Brasil. Destas se destacam o relatório “Violência contra pessoas LGBTQI” promovido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2015), o documento “Violência LGBTQfóbicas no Brasil: dados da violência”, emitido pelo Ministério dos Direitos Humanos (2016), o relatório “População LGBTQ morta no Brasil” realizada pelo Grupo Gay da Bahia (2018) e o mais recente levantamento feito pela Rede Nacional de Pessoas Trans, “A exclusão das Identidades e das existências das pessoas trans – Da morte social à morte física” (2019). O levantamento de dados sobre as violências sofridas pela população LGBTQ+ são peças pilares para corroborar com o mergulho sobre a violenta realidade exercida em cima destes corpos e incitar a consciência crítica da necessidade de afrontar cada vez mais este formato drástico e corrosivo.

Com o objetivo de locupletar o estudo teórico, optou-se pela realização de entrevistas como forma de adentrar a perspectiva das vivências da população LGBTQ+ na esfera do turismo na atualidade. As entrevistas aplicadas são estruturadas, com perguntas abertas, como forma de incentivo a dotar o entrevistado, mesmo que com um enquadre específico, de uma certa liberdade, enriquecendo o conteúdo a ser analisado.

Os entrevistados foram elegidos por formarem parte da população LGBTQ+ e segundo a sua relevante vivência em viagens ou, ainda, em alguns casos, por seus conhecimentos teóricos como possibilidade de aporte às discussões sobre hospitalidade e cidadania no turismo. Os entrevistados A, B e C atuam no ensino e desenvolvimento de pessoas e/ou têm experiência na área de turismo. A entrevistada D atua no setor público, na coordenação de um núcleo pela diversidade LGBTQ+. Os entrevistados D, E, F, G, H, I e J, em contraponto aos primeiros três entrevistados, contribuirão segundo a sua percepção como turistas,

²³ Considerando que a homofobia foi reconhecida como crime muito recentemente pelo Superior Tribunal Federal, os canais governamentais que recebem denúncias – como é o caso dos disque 100, Dique saúde 136, a central de atendimento à mulher, o disque 180 ou o Sistema Único de Assistência social - não contém as ferramentas necessárias para reconhecer as violências sofridas especificamente por LGBTQfobia. À exemplo, o Ministério da Saúde somente incluiu a opção de informar orientação sexual e identidade de gênero da vítima em seus questionários de denúncia, no ano de 2014. (CIDH,2015, p. 237). Sendo assim, os assassinatos ou violência cometidos contra pessoas LGBTQs acabam sendo registrados como crimes de motivo fútil (ou semelhante), não constando o descritivo da motivação e, portanto, resultando na problemática da consolidação da ideia de que há pouca violência contra a população LGBTQ+. Portanto, outros relatórios foram utilizados para sanar esta lacuna de informação.

possibilitando o intercâmbio e diálogo entre a perspectiva apresentada pelos agentes ou estudiosos do turismo e o próprio turista.

Ainda como forma de ampliação ótica no que se refere às categorias contempladas pela sigla LGBTQ+, os entrevistados A, B e C são gays, a entrevistada D é mulher trans, o entrevistado E é homem trans, a entrevistada F é bissexual e as entrevistadas G, H e I são lésbicas, permitindo uma discussão mais expandida e cuidadosa sobre o tópico da diversidade, sempre considerando as limitações da pesquisa. Ainda que não compreenda a centralidade do trabalho, consideramos fundamental incluir as categoria teórica da interseccionalidade, portanto, houve o cuidado de convidar cinco entrevistados negros²⁴, com a finalidade de atentar para a fundamental não dissociação entre gênero e raça, como forma de sensibilizar de fato para com a diversidade e as questões à esta referidas.

Finalmente, a leitura especializada, etapa primordial da pesquisa, perpassa por diversos campos de conhecimento – Turismo, Gênero, Sociologia e Direitos Humanos – além de recorrer a historiografia, acompanhando o caráter multidisciplinar do Turismo. A bibliografia foi selecionada de forma cuidadosa para contribuir com as análises presentes no trabalho da forma mais enriquecedora que nos foi possível, cuja documentação se baseia em livros completos, capítulos de livros, artigos publicados em periódicos acadêmicos, notícias, revistas e jornais.

Por último, e não menos importante, disponibilizamos um glossário de palavras utilizadas na abordagem sobre diversidade e a população LGBTQ+ com o único objetivo de facilitar a compreensão sobre os diferentes tópicos abordados. É importante ressaltar em todo caso que este quadro de referência, por sua intenção educativa, trata os assuntos de forma ilustrativa, considerando que para cada ponto descrito existe uma densa e aprofundada discussão.

Quadro 2: Glossário de conceitos-chave

| Glossário de conceitos-chave | |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Agênero | Pessoa que entende não ser pertencente a nenhuma denominação de gênero. |
| Androginia | Indivíduo que transita, segundo a sua postura social, entre os dois gêneros, homem e mulher, principalmente no que se refere à vestimenta. |

²⁴ Dos cinco entrevistados negros, dois se auto identificam “pretos” e três se autodenominam “pardos” (segundo critérios do IBGE).

| | |
|--------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bifobia | Discriminação contra pessoas de orientação sexual bissexual real ou percebida. |
| Binarismo de Gênero | Investimento social de diferenciação cultural entre as pessoas, enquanto homens ou mulheres. Pressupõe papéis definidos para cada um e relações geralmente verticais entre ambos. |
| Bissexualidade | Orientação sexual da pessoa que se relaciona afetiva e/ou sexualmente com pessoas de seu próprio gênero ou de gênero diferente. |
| Cis/cisgênero | Categoria criada para figurar em oposição à categoria Trans*, sendo então a identidade de gênero que corresponde àquela atribuída ao nascimento. |
| Casamento igualitário | Pauta de defesa do casamento homoafetivo, isto é, entre pessoas do mesmo gênero. União reconhecida legalmente no Brasil desde 2011. |
| Desvio/desejo desviante | Neste contexto, é uma maneira de existência, identidade ou orientação sexual que foge ao padrão instituído socialmente. |
| Feminilidade | Conjunto de características e comportamentos que, por convenção cultural, são atribuídos às mulheres de uma sociedade. |
| Gay, guei | Mesmo que Homossexual. Utilizado para homens. |
| Gênero Fluido | Pessoa que por vezes se sente pertencente ao gênero masculino e outras ao gênero feminino, transitando entre ambos. |
| Heteronormatividade | Imposição da orientação heterossexual como norma social obrigatória, mascarado por argumentos biológicos ou religiosos sem fundamentação factível. |
| Heterossexismo | Atitude carregada de violência física ou psicológica incitada pela ideia pejorativa de que a heterossexualidade é a única orientação sexual sã. |
| Heterossexualidade | Orientação sexual da pessoa que se relaciona afetiva e/ou sexualmente (majoritária ou exclusivamente) com pessoas de gênero distinto ao seu. |
| Homofobia | Discriminação contra pessoas de orientação sexual homossexual real ou percebida (ainda que também utilizado para designar a discriminação com qualquer pessoa da população LGBT). |
| Homossexualidade | Orientação sexual da pessoa que se relaciona afetiva e/ou sexualmente (majoritária ou exclusivamente) com pessoas de gênero igual ao seu. |
| Identidade de gênero | Como a própria pessoa se reconhece e identifica, com relação ao gênero masculino, feminino, não-binário e etc. |
| Intersexualidade | Termo criado com a intenção de abarcar as pessoas cujo padrão cromossômico, muitas vezes aparente na anatomia reprodutiva, não se adequam às classificações de masculino ou feminino. |

| | |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lésbica | Mulher que se relaciona com outras mulheres (cis ou trans). |
| Orientação sexual | A forma como as pessoas vivem sua sexualidade e desejos. É definida pela atração afetiva e/ou sexual (mais significativa ou exclusiva) que a pessoa sente por outras pessoas. |
| Pansexual | Orientação sexual da pessoa que se relaciona afetiva e/ou sexualmente com outras pessoas, independente da identidade e/ou performance de gênero destas. |
| Passabilidade | Termo para se referir à percepção da sociedade sobre o indivíduo, na qual se entende que a identidade de gênero e/ou a orientação sexual o deixa compatível com a normatividade estabelecida (cis ou hétero), tem ligação com a performance e/ou o fenótipo do indivíduo na sociedade. |
| Teoria <i>Queer</i> | Propõe que as identidades e orientações sexuais conhecidas atualmente são construções sociais insuficientes para expressar as formas variáveis de desempenhar os papéis sociais. |
| Trans* | Abrange diversas identidades de gênero – transsexuais, travestis, terceiro gênero, não binários, etc. – que não estão alinhadas àquelas convencionalmente associadas ao sexo que lhe foi atribuído ao nascer. São identidades opostas às Cis. |
| Transfobia | Discriminação contra pessoas de identidade de gênero Trans* real ou percebida. |
| Travesti | Uma das várias identidades trans*, se caracteriza como uma importante reivindicação política do movimento social, e se refere a pessoas que vivenciam cotidianamente papel de gênero feminino (em oposição ao seu sexo biológico atribuído como “masculino”). A transição por hormonioterapia ou cirurgias plásticas pode ocorrer, mas não é regra. |

Fonte: elaborado pela autora

2.2 De qual conceito partimos?

A sintonia com o fator de mutabilidade dos processos de conceituação, ou mesmo com as simultâneas, mas não necessariamente convergentes, deliberações à cerca de determinado conceito, circunscritas ao contexto cultural-teórico de quem o define, admite o atravessamento das próprias fontes em direção à elaboração do nosso entendimento sobre determinada matéria. O parecer subjetivo se alinha com o campo teórico em prol da construção de uma linguagem comum, de forma a possibilitar um próximo passo no sentido de enriquecer e ampliar a abrangência ótica dos campos do conhecimento. Sendo assim, as conceituações propostas a seguir tornam-se ferramentas essenciais como ponto de partida para

as ramificações analíticas presentes nesta monografia, pois facilitam o direcionamento do olhar para os temas abordados no decorrer da pesquisa.

Em consonância com o ponto central de debate deste trabalho, partimos do olhar sobre o campo do **turismo**, cuja definição²⁵ mais absorvida e utilizada é a que entende o turismo como uma atividade exercida por uma pessoa que sai de sua localidade habitual por menos de um ano, e cuja motivação não seja por trabalho. Perceptivelmente, esta definição de serventia sistemática e administrativa não alcança minimamente as amplas discussões que abrangem o atravessamento entre o campo prático e teórico do turismo, conforme discorre Moesch.

O Turismo é uma prática social da vida humana, preparada para o chamamento mais radical (que exige uma opção fundamental) que nos orienta para a superação. O Turismo encontra seu dinamismo enraizado numa experiência ontológica do nomadismo e anseio de superação. O ser humano é movimento, comunicação, presença. A mulher e o homem são sujeitos nômades, nomadismo que se faz representar historicamente pelo tipo de deslocamento, deslocamento que se expressa determinado pelas condições econômicas, sociais, tecnológicas e ideológicas de cada tempo histórico, mas criadora acima de tudo. Assim, o Turismo pode ser percebido e estudado como ciência autônoma (MOESCH, 2004, p. 395).

O turismo pode ser entendido, portanto, como um deslocamento que incita o exercício da alteridade ou a expressão do rechaço, “no encontro com o outro, diferente de mim, no qual posso buscar o igual (e desqualificar o outro quando não encontro no outro o que é igual a mim) ou buscar, justo, o diverso” (GASTAL, 2006, p. 5). Um campo permeado, de complexos arranjos das relações humanas, ideia alinhada com o entendimento de Pfeiffer, que descreve esta condição cultural como “um recurso para a afirmação da diferença e da exigência do seu reconhecimento e um campo de lutas e contradições” (PFEIFFER, 2012, p. 157).

O próximo conceito a ser discorrido é o da **hospitalidade**, que dentro da perspectiva desta monografia, tomará o viés das ciências sociais e humanas. A noção sobre esta se mantém análoga à anterior – turismo - no sentido de ocorrer no encontro entre dois mundos distintos, e por sua clara ambiguidade entre o acolhimento e a hostilidade. Dentro das limitações da consciência humana, a doação incondicional, não existe. Permanece a expectativa de troca “de caráter oculto obrigatório, e sua não realização pode acarretar em conflitos, guerra” (MARCELINO; CAMARGO, 2017, p. 57), ou seja, a esta está intrínseca a característica diplomática. Justamente pela espera da reciprocidade que espessa a dificuldade de lidar com o estrangeiro, a hospitalidade carrega uma tendência forte às relações de poder verticais e hierárquicas já que “a dádiva não retribuída ainda torna inferior quem a aceitou”

²⁵ Definição da Organização Mundial do Turismo.

(IDEM apud MAUSS, 2017, p. 58). Uma pontuação importante a ressaltar é que o dar condicional não se refere somente aos bens materiais, mas também a outras dimensões, emocionais, afetivas, culturais. Boudou esclarece sobre o limiar sensível entre a hospitalidade para com o pertencente ou o não pertencente.

Num regime de ordens sociais rígidas, a filiação é a característica principal para definir as relações: fazer parte do mesmo grupo assegura a continuidade da reciprocidade, enquanto que, com o estrangeiro o retorno é incerto. Se isto pode desembocar, como vimos, num altruísmo ritual, não impede que as fronteiras marquem a desigualdade construtiva da relação entre os membros e os estrangeiros. Com os membros a reciprocidade é relativa a relação de longa duração: a lembrança das trocas passadas e a perspectiva de troca de trocas futuras implicam numa reciprocidade honesta e mesmo supérflua sob certo ponto de vista. Inversamente, a reciprocidade com os não-membros é temporária e não é fundada em bens comuns; pode-se, então, erigir uma moral de troca baseada apenas no interesse egoísta (BOUDOU, 2017, p. 114).

Por outro lado, a hospitalidade pode representar justamente o ato que possibilite a efetivação de um espaço de compartilhamento das óticas e vivências diversas no desenvolver de afetos, que resulte no estímulo do desenvolvimento da consciência humana e a dissolução de preconceitos. Assim como quando Avena entende o acolhimento como umas das expressões da hospitalidade. Segundo o autor, “no sentido figurado, acolher significa, também, concordar, aceitar [...] Na ideia de acolher/acolhimento existe a de reunião, hospitalidade e de caridade” (AVENA, 2001, p. 22).

Destarte, simplificando o conceito de hospitalidade, poderia se dizer que é um processo ou relação no qual se oferece algum bem material, espiritual, intelectual ou emocional, e se espera, consciente ou inconscientemente, um acolhimento ou devolutiva similar à dádiva, e cuja consequência provável seja a construção de uma relação de poder, mas que, se bem utilizada, poderia significar um enriquecimento cultural e exercício efetivo da alteridade e de respeito para com o outro indivíduo.

A próxima conceituação a ser desenvolvida é a da **cidadania**. O surgimento da proposta remetia, desde a Grécia Clássica, a categorização de pertencimento de um indivíduo à cidade e às suas deliberações, os quais estavam excluídas as mulheres, os negros escravos, os estrangeiros ou qualquer outra pessoa não adequada ao homem branco comprometido com algum negócio ou adequado a um determinado *status* social. (BACCI, 2016, p. 17). No decorrer das lutas sociais, a discussão sobre a cidadania começou a entrar na pauta dos direitos humanos, na necessidade de afirmação de que qualquer pessoa deve estar em pleno exercício de seus direitos. Estas evidências se tornam fundamentais de frente a realidade cimentada pelas violações contra determinadas populações, que vale ressaltar não são

minorias. Ou seja, existe um efetivo “distanciamento entre a teoria e a prática” (GASTAL; MOESCH, 2006, p. 13), que polariza os discursos sobre os direitos fundamentais e a realidade de assentamento e reforço das desigualdades, conforme discutido no próximo subcapítulo.

A cidadania pode ser descrita como as expressões do indivíduo em seu sentido de pertencimento dentro de uma sociedade e perante um governo/Estado, no qual este tem responsabilidade para com o indivíduo. Assim, a esfera da cidadania se refere, também, aos direitos à registros civis, voto e informação mas, sobretudo, no que diz respeito às medidas do Estado para garantir que a população esteja em pleno exercício dos seus direitos. Não somente acesso aos suportes básicos, sejam estes financeiro, educação, saúde, saneamento, moradia, como a segurança de não ser submetido à quaisquer atos de violência por motivos relacionados a desconformidade em relação ao padrão normativo e da liberdade de expressão, das suas formas de vivenciar e se entender no mundo. Por este motivo, o conceito de cidadania não pode ser desassociado da discussão sobre as violências abalizadas pelo Estado, seja por omissão, ou mesmo por medidas administrativas e legislativas que incidam de forma violentadora sobre as populações dissidentes, excluídas e marginalizadas. Esta realidade não somente fere as expressões pessoais e a dignidade humana como incentiva a mesma relação de poder e ódio no envolvimento entre indivíduos.

Em direção à outra arena basilar para este estudo, adentraremos os conceitos sobre diversidade, população LGBTQ+ e a LGBTQfobia. Para permitir o mergulho sobre o campo da **diversidade**, devemos entender que esta é relativa ao ser humano. Cada indivíduo se expressa de forma única e particular segundo a sua interioridade. Reconhecer este fato, não obstante, sem delinear o contexto que o cerca, o discurso cultural e dominante que acompanha os indivíduos por todo seu percurso de vida e dita formas de socialização e de performance²⁶ social, torna a concepção de diversidade tal qual uma liberdade utópica. Nesta dinâmica, o entendimento sobre o diferente pode se tornar um marco da verticalização das relações por servir como ferramenta de separação entre o “cidadão de bem” e o desviante, o inadequado, o não pertencente, conforme ressalta Gaigher e Oliveira.

²⁶ A performance se refere aos aspectos físicos de apresentação social, seja cortes de cabelo, penteados, vestimentas, trejeitos do andar ou ao se portar, comportamentos sociais. São formas claras de como a pessoa quer ser vista e entendida. Se por um lado podem ser ressaltadas as características do que se entende como feminilidade ou masculinidade, usando cabelos curto ou longos, mantendo o corpo malhado, bronzeado, magro, usando roupas mais recatada, sensuais ou másculas, procedendo com uma forma de andar que remete a agressividade masculina ou a passividade feminina. Por outro pode ser um posicionamento contrário de comportamento, no sentido de contestar às imposições morais.

O debate sobre a diversidade se posiciona de forma contrária ao processo homogeneizador ao reconhecer as dinâmicas de opressão das liberdades, ou mesmo, atualmente, de oportunismo como é a lógica do multiculturalismo marcante no mercado ao “acolhe-lo” comércio nicho de consumo (GAIGHER; OLIVEIRA, 2017, p. 150).

Portanto, a discussão sobre as diversidades sexual e de gênero, neste sentido, trata de desconstruir as preestabelecidas normativas instituídas socialmente da heteronormatividade²⁷, cisnormatividade²⁸ e monossexualidade²⁹. Nos três casos, a construção social define os papéis e expressões segundo uma normativa imposta. A heteronormatividade não somente mantém a visão que se tem da heterossexualidade como a única orientação sexual sadia, mas tudo o que acarreta esta ideia numa forma de tentativa de estandardizar as performances e sociabilizações segundo as descrições culturais do que é feminino e masculino. Ou seja, os debates são amplos e percorrem desde os ditados sobre como se relacionar, até a forma física de apresentação. De forma similar, a cisnormatividade se mantém intransponível na ideia de que o gênero se refere sempre ao sexo biológico, permeando uma predisposição a violências e rechaços aos corpos trans em diversos espaços. A monossexualidade, por sua vez, entende como única via a atração sexual por um único gênero, dilatando o preconceito sobre as pessoas bissexuais e pansexuais, que por diversas vezes não se sentem pertencentes nem ao ambiente homossexual, nem ao heterossexual, na pressão de “escolherem uma única opção” como uma regra ditada.

Seguindo a premissa de que a definição perfeitamente delineada da normatividade incita automaticamente a relegação aos corpos e sexualidades não adequada a estes padrões, enfrentamos a conceituação, segundo Reis, sobre **LGBTfobia**,

A LGBTIfobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos mesmo pessoas que não são LGBTI+, mas são percebidas como tais [...] Tem sido um conceito guarda-chuva, utilizado para descrever um variado leque de fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra pessoas LGBT+ (REIS, 2018, p. 35).

²⁷ A heteronormatividade é uma expressão utilizada para descrever ou identificar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente e que não seguir essa postura social e cultural coloca o cidadão em desvantagem perante o restante da sociedade (REIS, 2018, p. 69). (Vd. Glossário de palavras-chave no subcapítulo 1).

²⁸ A Cisnormatividade institui, como norma, a identidade Cis. Este se refere ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer.

²⁹ Monossexualidade entende que a única expressão de sexualidade sadia é aquela direcionada a um único gênero. Neste caso, homossexual ou heterossexual.

Resultante das profundas e graves violências direcionadas contra a população dissidente de sexualidade e gênero, cresceu o movimento de luta, militância e resistência da **população LGBTQ+**. Em primeiro lugar, o termo preferível para o grupo é “população LGBTQ+” por abarcar a ideia de uma grande quantidade e diversidade de pessoas, no lugar de “comunidade” que remete à ideia de um pequeno grupo. Pelo mesmo motivo, não se usa o termo minorias, já que não existem dados ou evidências de que realmente as sexualidades e identidades de gênero não normativas se refiram a um pequeno núcleo de pessoas. Ao contrário, se defende que a heterossexualidade é compulsória, e por este motivo, muitas pessoas omitem ou até desconhecem os seus desejos.

O movimento que iniciou principalmente com membros gais visando combater os moldes homofóbicos se estende na atualidade para as demais discussões sobre identidade e dissidências. Neste caso, mesmo que as discussões de cada categoria se façam paralelamente e respeitando as suas particularidades, há uma intenção de união em prol ao combate da visão preconceituosa alinhada³⁰ fundamentada pela mesma matriz, o discurso de ódio. Por este motivo, as diversas categorias da sigla se conectam à um mesmo grupo como forma de se posicionar politicamente frente a sociedade no intento de construir uma rede de apoio e ir rompendo com as conservadoras correntes do preconceito. No intento, iniciou-se um grupo denominado GLS que se referia à Gais, Lésbicas e Simpatizantes. No decorrer do processo do movimento incluiu-se na sigla a letra B de bissexual e se antepôs o L das outras letras no sentido de dar voz às mulheres, alinhado com as discussões sobre as desigualdades de gênero – homem/mulher - que conduz às relações de poder entre estes, mesmo no âmbito homossexual. Contudo, era contundente a falta de espaço e discussão relativas às identidades de gênero dissidentes. Na percepção da necessidade de inclusão das travestis e dos transexuais, incorporou-se a letra T, formando a sigla LGBTQ. Atualmente, de maneira extra oficial, mas acompanhando a dinamicidade dos debates sobre sexualidade e gênero, se incluíram algumas outras letras como I de intersex, Q de *queer*. Debates estes que se propõem a derrubar os muros consolidados da denominada por Preciado, sexopolítica, como forma de “desterritorializar”³¹ os corpos.

A multidão queer não tem a ver com um ‘terceiro sexo’ ou um ‘mais além dos gêneros’. Dedicar-se à reapropriação das disciplinas dos saberes/poderes sobre os

³⁰ Dentro desta perspectiva se discute o conceito de “cidadania insurgente, sendo aquela que, dentro de uma minoria já excluída do exercício da cidadania, busca unir interesses comuns para resgatar, ou até conquistar, sua participação social, mesmo que por meio da incivilidade” (GAIGHER; OLIVEIRA, 2017, p. 151).

³¹ Um termo proposto por Deleuze e Guattari no sentido de pensar em ‘desterritorializar’ o espaço sobrepujante, privilegiado, no lugar de ‘desterritorializar’ o espaço marginalizado (PRECIADO, 2001, p. 03).

sexos, à rearticulação e à reconversão das tecnologias sexopolíticas concretas de produção dos corpos 'normais' e 'desviados'. À diferença das políticas "feministas" ou "homossexuais", a política da multidão queer não se baseia em uma identidade natural (homem/mulher), nem em uma definição baseada nas práticas (heterossexuais/homossexuais), mas em uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como 'normais' ou 'anormais' (PRECIADO, 2001, p. 5).

3 DIREITOS HUMANOS, CONJUNTURA ATUAL E VIVÊNCIAS TURÍSTICAS LGBT+

3.1 Direitos Humanos, população LGBT+ e o discurso de ódio

Percorridos seculares períodos de onerosas lutas sociais com a intenção de confrontar as profundas violações da dignidade humana, cujo percurso argumentativo se estabeleceu na naturalização e banalização da violência, adentramos o tão esperado momento da discussão da universalização dos direitos humanos do novo milênio. E de mãos unidas à esta, a criação de dispositivos institucionais que pudessem trazer à tona a expressão da situação ideal, porém utópica, da sociedade, no sentido de impulsionar as ações afirmativas, conforme afirma Bueno.

As ações afirmativas têm como escopo não só coibir as diferentes formas de discriminação, resquícios do passado marcado por ações altamente discriminadoras, como também eliminar os efeitos sociológicos e culturais resultantes de uma trajetória histórica marcada pela desigualdade (BUENO, 2007, p. 192).

Estes instrumentos transluzem o estado de reação frente à uma conjuntura coletiva de barbárie como as vividas nas guerras mundiais, ou nos recentes regimes militares instaurado na América Latina. A Declaração Universal dos Direitos Humanos³², por exemplo, exprime reatividade às feridas pós holocausto na perceptível tentativa de evitar quaisquer formas futuras semelhantes às atrocidades vividas durante as I e II guerras mundiais. Em situação análoga, não por coincidência, a Constituição Federal de 1988³³, ferramenta legislativa maior do Estado brasileiro, é promulgada no período que sucede a ditadura militar. Um dispositivo resultante da luta social, conforme recordado por Bacci e Dagnino, que concordam ao afirmar que “a Carta Magna se tornou o marco legal a participação da sociedade civil no processo de construção da democracia no país, onde teve, desde meados de 1980, a participação dos

³² A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento foi elaborado com a intenção de pontuar os direitos humanos fundamentais que deveriam ser respeitados universalmente, ou seja, para qualquer pessoa no mundo. Os esboços foram impulsionados pelo canadense Jhon Peters Humphrey e, em 10 de dezembro de 1948, foi homologado pelas Organizações da Nações Unidas por 48 votos a favor e nenhum contra. O Brasil assinou a declaração nesta mesma data.

³³ A Assembleia Nacional Constituinte, convocada pela Emenda Constitucional nº 26, de 1985, foi instalada em 1º de fevereiro de 1987, sendo composta por 487 deputados federais e 49 senadores eleitos em 15 de novembro de 1986, somados aos 23 dos 25 senadores eleitos em 1982, totalizando 559 parlamentares, que concluíram os trabalhos em 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada, em sessão solene, pelo seu presidente, deputado federal Ulysses Guimarães, a Constituição Federal. [...] A Carta Magna tem como um de seus preceitos fundamentais o princípio da dignidade humana, que complementado pelo art. 5º da CF/1988, por si só deveria tornar mulheres e homens, crianças e adultos, homossexuais e heterossexuais, não religiosos e religiosos, negros e brancos, índios e não índios iguais em dignidade e direitos (IDEM, 2016, p. 26-27).

movimentos sociais no projeto democrático de país” (BACCI *apud* DAGNINO, 2016, p. 25). Os referidos instrumentos institucionais, portanto, protagonizam a necessidade do emprego da garantia dos direitos fundamentais e da dignidade humana como premissa indispensável para o pleno exercício da liberdade e do acesso à justiça.

Caminhamos, de certo, em direção a uma situação de êxito no que se refere à positivação de alguns direitos e ampliação das discussões nos movimentos sociais e no âmbito acadêmico, por exemplo. Não se pretende aqui desconsiderar os avanços e conquistas. Nada obstante, a recepção passiva e pueril dos descritivos que constroem a dialética sobre os direitos humanos nos instrumentos legais e regimentares nos transloca ao campo fantasioso de uma suposta factibilidade de paz global, e incentiva a significação de uma esperança pela mudança³⁴ que se atém a um sonho, e não ao debate sobre configurações sociais reais para possibilitar a verdadeira quebra do *status quo* e da aproximação a uma possível transformação coletiva.

Dicotomicamente, a reação incandescente e dolorosa que impulsiona a saída de uma situação de extrema opressão e violência não parece conseguir competir, de fato, com os discursos-modelo internalizados coletivamente, que fundamentam a configuração de governos autoritários. Neste sentido, ambos os dispositivos citados, refletem claramente a bifurcação que expõe as teorizações da vivências, cuja “fratura dual se agrava diante da solidez de uma sensibilidade social assentada sobre uma maneira de concebê-los a partir de uma espécie de bipolaridade não só mental, como também cultural” (SÁNCHEZ, 2017, p. 01). Para entender a raiz desta sensibilidade ressaltada por Sánchez, devemos sair da nossa realidade para ver de fora. Quais são os fatos e realidades que guardamos na caixa da normalidade? Mesmo com as perceptíveis desigualdades cada vez mais acentuadas, as formas de marginalização, exclusão, preconceito e condições desumanas se tornam tão recorrentes que se tornam um padrão normalizado e se transformam em um piso sólido onde as novas estruturas do edifício discursivo serão levantadas.

Talvez o mais difícil seria compreender como uma adversidade tão potente de desigualdades poderia ser normalizada a ponto de distorcer por completo a realidade. A ideologia do discurso do ódio utiliza há muitos anos a construção argumentativa que divide a sociedade em dois lados antagônicos. Conforme ressaltam Santander e Pimentel, “uma lei

³⁴ A retórica da esperança de melhorias por meio da mudança (palavra-chave) é utilizada ciclicamente no decorrer da história como forma de sustentação argumentativa sobre a necessidade da entrada de um novo representante de Estado com premissas extremistas e, muitas vezes, de fundamentações fascistas e autoritaristas.

universal abstrata a partir da racionalidade é engendrada asépticamente à realidade as noções prévias de bem e de mal” (IDEM, 2014, p. 53). As ferramentas fazem parte da estratégia baseada na polarização, muito utilizada no âmbito empresarial e que se alastrou por diversas formas de governos no mundo, que destacam de forma veemente o “cidadão de bem” do “bandido”, o “homem de família” do “transviado”. Consonante com o destaque de Sánchez:

Sob uma lógica normalizadora de inclusões e de exclusões, só os reconhece a alguns grupos ou coletividades e os desconhece a outros por diversas circunstâncias muito relacionadas com o racial, sexual, genérico, etário, a condição de classe e/ou a capacidade ou incapacidade psíquica ou física (SÁNCHEZ, 2017, p. 3-4).

O mesmo apontamento do fator “o outro”, “o inimigo” é feito por Huggins em sua pesquisa³⁵ sobre a tortura no período da ditadura militar no Brasil. A autora explica como se efetiva o processo de naturalização e legitimação da tortura.

Ideologia de ‘segurança nacional’ abundam. A tortura é alimentada e justificada por ideologias que criam a categoria crescente de ‘outros inimigos’, nas quais ‘boas nações’ são ameaçadas por ‘pessoas más’ e se assume que qualquer um poderia ser ‘inimigo’ não pode haver restrições ao interrogatório. O medo, instigado deliberadamente ou não – como em ficções sobre ‘armas de destruição em massa’ - dá legitimidade a tortura. Quando se diz que uma ‘ameaça’ opera fora da lei civilizadora, a resposta do Estado pode ser legitimamente imediata (HUGGINS, 2015, p. 434).

Adentramos uma potencialização da problemática ao entender que a mesma normatividade ambivalente, que separa indivíduos, que deslegitima a existência de uns em detrimento à afirmação do privilégio de outros, fundamenta e direciona a institucionalização dos Direitos Humanos. “Quando a luta política pelos direitos deveria estar presente em todas as instâncias tanto jurídicas, como socioeconômicas e existenciais, ela é filtrada, regulada e limitada com as camisas de força das normas.” (SÁNCHEZ, 2017, p. 46). Se bem a Declaração Universal dos Direitos Humanos “introduziu uma concepção ampla de direitos humanos ao considerar todas as pessoas titulares de direitos, independentemente de sua condição social, sexo, credo político ou religioso, raça/etnia.” (BACCI, 2016, p. 15), a própria apresentação dos direitos humanos dentro de um princípio de universalidade procede com viés vertical, já que “o conceito moderno de humanidade que fundamenta os direitos humanos é uma abstração que se pretende universal de uma pessoa do sexo masculino, branca, de cultura europeia ocidental, dotada de uma razão unilateral” (PIMENTEL; SANTANDER, 2014, p. 53).

³⁵ A pesquisa de Martha K. Huggins foi realizada através de entrevistas realizadas a policiais que atuaram durante a ditadura militar brasileira, torturadores e assassinos.

Este fator, portanto, impulsiona não somente o esvaziamento das discussões no campo dos Direitos Humanos, “com discursos de inclusões abstratas, mas sobre a base trágica e desconfiada de exclusões concretas marcadas pelas nacionalidades, o racismo, o sentido de pertença, a condição de classe, a defesa do direito da propriedade de maneira avarenta e absoluta, o machismo ou o conceito de cidadania” (SÁNCHEZ, 2017, p. 27) mas, todavia, se torna permissiva à utilização de seus termos para manobras de convencimento em massa como forma de sustentação de interesses de poder.

Muitos líderes, empresários e políticos simplificam demasiado a discussão dos direitos humanos, banalizam os conceitos ao utilizá-los de forma indiscriminada, com a intenção de dar publicidade ou, em alguns casos, até distorcem os discursos para dar-lhe outra direção segundo interesses privados. As definições pontuais, porém abstratas, contidas nestes discurso não se debruçam efetivamente sobre as diversas dimensões das problemáticas sociais adscritas à tríade relação estabelecida entre a população, o Estado e o setor privado. Até porque, considerando o caráter liberal do Estado brasileiro³⁶ em que os interesses políticos misturam-se com os interesses do mercado, não é possível dissociar Estado e Capital.

O crescimento dos discursos identitários das últimas décadas é um exemplo claro de como o capitalismo se apropria das atuais condições, resultado das transformações sociais, em benefício próprio. Ao penetrar nas areias do multiculturalismo percebemos o quão evasiva é a sua superfície, de forma que seus inconsistentes pontos de apoio à diversidade, na prática, são facilmente lixiviadas. O conceito do multiculturalismo é rodeado de discursos enfeitados sobre a necessidade de convivência entre diferentes culturas, maior visibilidade das “minorias”, a aceitação e o reconhecimento da diversidade das culturas. Contudo, a sua presença é marcadamente mais forte nas propagandas de lojas de departamento, nos negócios, faculdades, vendas de viagem, do que no real reconhecimento e escuta destes grupos. Estas articulações se movem não somente no sentido do capital, mas da manutenção dos estereótipos em prol de uma relação verticalizada com os sujeitos ditos “diversidade cultural”, conforme analisa Burity.

A vinculação das demandas multiculturais com a problemática dos direitos, através de um discurso sobre a legitimidade das diferenças e a necessidade de reparação tem aparecido, simultaneamente, como uma tentativa de “pacificar” o caráter mais “truculento” da emergência desses novos atores sociais que postulam uma identidade de base cultural, e como aprofundamento da disputa, uma vez que claramente há reivindicações de poder envolvidas (BURITY, 2001, p. 3).

³⁶ Atualmente, com a bomba de políticas neoliberais do novo governo, isso se intensifica ainda mais tal como vamos discorrer posteriormente, no capítulo terceiro.

Sob esta égide se faz necessária a discussão da importância dos aprofundamentos dos direitos humanos, para além das ocas preleções, como forma de real expressão da cidadania, incluída a que compreende o papel do Estado. Arendt destaca que “quando um povo perde a liberdade estatal, perde sua realidade política, mesmo que consiga sobreviver fisicamente” (2002, p. 37).

Ao utilizar esta lente, o Relatório de violências contra pessoas LGBTI, publicado em 2015 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, destaca cinco importantes pontos basilares de atuação do Estado³⁷ afim de sanar a insalubre e precária realidade atual dos direitos humanos da população LGBT+. A primeira é estrutural e preventiva, uma transformação na área da educação e do ambiente escolar que permita a construção crítica e livre de preconceitos, assim como a quebra dos estereótipos atualmente solidificados. São incluídos os programas de educação sexual nas escolas e capacitação dos profissionais de educação, saúde e das forças de segurança do Estado. A segunda é relacionada à investigação realizada pela coleta de dados por meio de ferramentas adequadas como forma de obter um real panorama sobre as violações existentes. Este aspecto é importante para mobilizar políticas públicas que possam estancar os homicídios e agressões contra a população LGBT+, a partir do conhecimento dos dados, que segundo relatórios alternativos, toma proporções alarmantes. A terceira se refere às devidas medidas de proteção à vítima e garantia da confidencialidade durante o processo de julgamento dos violentadores. São inúmeros os casos em que as vítimas não denunciam por medo de não serem ouvidas, de represálias e potencializações da violência. A quarta se refere ao ato de sancionar efetivamente os violadores como forma de evitar que a impunidade se torne um meio de permissividade para novos atos violentos. E, por último, a quinta, da reparação às vítimas de violências como forma de retratação do Estado, por sua insuficiência no que se refere à responsabilidade de garantir os direitos da vítima (CIDH, 2015, p. 231-390).

E o indivíduo que permanece na espera por melhores condições oferecidas pelos Estado, qual seria a sua função? Segundo Bacci, o indivíduo dissidente está “na busca de uma cidadania que é muito mais um sentir do que um fato jurídico” (2016, p. 08). A cidadania se incorpora à expressão pessoal do ser, única e não repetida, em que existem as trocas, os afetos

³⁷ Os cinco pontos indicados como etapas de atuação fundamentais para o Estado no decorrer do parágrafo são um adaptação das etapas discorridas em uma série de capítulos no Relatório de Violências contra pessoas LGBTI, desenvolvido e publicado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

e arriscara dizer, ainda, as militâncias, no sentido de manter a discussão sempre em movimento para que seja possível transcender o estado do agora.

Diante do grave quadro de homicídios contra a população LGBTQ+ no Brasil em relação à realidade global, surge a fundamental pergunta de como poderia ser possível chegar a tal nível de animosidade social a ponto de se eleger o Jair Bolsonaro como representante maior do Estado. Concordando com a afirmação de Arendt, “é o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e esse apoio nada mais é que a continuação do consentimento que deu origem às normas legais” (1969, p. 25), se faz claro o ciclo de retroalimentação que procede da introjecção dos discursos dominantes, encaminha os passos em direção a legitimação de ações estatais e governos, que por conseguinte lógico toma medidas efetivas no que se refere a permanências do *status quo*.

O discurso do ódio se consolida como peça central para manter a retroalimentação constante de um governo autoritário, como o é o atual brasileiro. Segundo Tiburi,

O autoritarismo é ‘citationalista’. Repete ideias lançadas no âmbito da propaganda fascista, ela mesma viciosa e repetitiva. O autoritarismo depende de sua repetibilidade. Ela é uma maquina de produção de inconsciência, de uma subjetividade deformada pelo discurso. Daí a importância da falação odiosa (TIBURI, 2016, p. 37).

Este discurso se perpetua pelas formas mais sutis às mais violentas³⁸, muitas vezes amenizadas e relativizadas pelo próprio discurso. A invisibilidade se dá pela naturalização de “piadas”, *bullying* escolar, rechaços e excludências. O cenário é criado na vida cotidiana, mas também nos meios de comunicação e, mais recentemente, de forma destacada no âmbito das redes sociais e na propagação das famosas e constantes *Fake News*³⁹. Estes últimos elementos são pilares para se compreender o processo político atual.

³⁸ À exemplo, o relatório de população LGBTQ morta no Brasil desenvolvido e publicado pelo Grupo Gay da Bahia, descreve em um parágrafo um resumo: “Requintes de crueldade, muitos golpes, múltiplos instrumentos, tortura, latrocínio e destruição\incêndio do cadáver e patrimônio são ingredientes característicos de muitos crimes e ódio contra as minorias sexuais: a transexual Fernanda, 30 anos, de Rio Brillante (MS), foi apedrejada, espancada e morta numa via pública com 80 facadas; o artista plástico Cedric Madala, 33 anos, gay de Parati (RJ), foi assassinado com tiros na cabeça e sua casa incendiada; em São Paulo, o jovem gay Plínio Lima, após ser alvo de insultos homofóbicos, foi esfaqueado por dois agressores quando passeava a noite de mãos dadas com seu marido pela Avenida Paulista; o corpo da lésbica Mônica Lima, 33, de Sorocaba (SP), foi encontrado na rua com sinais de esganamento e presumível violência sexual; em Penedo (AL), Lourinaldo Ribeiro, 52 anos e seu companheiro por trinta anos, o médico Antonio Francisco Ribeiro, 56, foram cruelmente torturados dentro de sua residência, mortos a facadas; a travesti Anninha, negra e pobre, de Colatina (ES), foi decapitada, encontrada nua e castrada; Jose Ribamar Frazão, de Cachoeira Grande (MA), foi queimado ainda vivo na véspera de São João, pós ser vítima de incontáveis pauladas” (GGB, 2018, p. 09).

³⁹ Termo que significa Notícia Falsa, forma de imprensa que se engaja em propagar notícias falsas para desestabilizar algum campo, político, pessoal.

Arendt destaca, ainda, que o poder não é designado a um indivíduo e sim a uma força coletiva. Quando nos referimos a um poder político, existe um indivíduo visível representando o governo, e um grupo que compõe este poder, que permanece estrategicamente oculto.

O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em unísono, em comum acordo. O poder Jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece (ARENDR, 1969, p. 27).

Esta reflexão se torna fundamental para o desenvolver do contexto político atual o qual é analisado no próximo capítulo, em consonância com o atravessamento dos impactos ocasionados pelo discurso homofóbico e de violência do governo brasileiro sobre a população LGBT+ e suas externalidades nas práticas de acolhimento turístico.

3.2 Atravessamentos entre o acolhimento da população LGBT+ e as práticas turísticas como reflexos do atual governo brasileiro

Parte da população têm buscado tratar temas relevantes no que se refere às entranhas da sociedade em sua “liquidez”⁴⁰, abarcando sensibilidades específicas como é a desconstrução dos temas sexualidade e gênero, como forma de realmente entender sobre individualidades que transformam conjuntamente o todo. Ao mesmo passo se evidencia um sistema político em retrocesso. Talvez, a palavra retrocesso não seja a mais adequada porque possivelmente essa forma conservadora já existia na mente coletiva da sociedade brasileira. Quiçá as máscaras somente tenham caído e mostrado a cara do ódio construído ao longo dos anos e introspectado. O importante é entender o precipício que existe entres ambos os

⁴⁰ Termo sugerido por Bauman remetendo à inconsistência, às permanente mudança de forma segundo moldes, aos aspecto fluido, adscritas às relações sociais atuais. Neste quadro, as sociabilidades podem ser entendidas como um processo de constante transformação em decorrência da grande quantidade de informação que conduzem à formação de opinião.

espaços, que se percebe claramente na distância cada vez maior entre o governo e a população e que, por sua vez, se transfere diretamente para o campo das práticas turísticas. Tal como afirma Gastal, em corroboração com Taniguchi, “uma cidade só é boa para o turista se for boa para o seu cidadão, mas o turista só recomenda e volta à cidade se houver receptividade e bom atendimento” (GASTAL *apud* TANIGUCHI, 2016, p. 10).

Por este motivo, o presente subcapítulo tem a intenção de realizar uma análise do contexto político atual por meio da utilização de referências extraídas de publicações atuais em forma de vídeo – entrevistas e documentários - além de notícias, selecionadas criteriosamente segundo qualidade e compromisso jornalístico, no sentido de mergulhar sobre os atravessamentos entre os discursos LGBTfóbicos disseminados pelo governo Bolsonaro e as práticas turísticas.

O recorte mais ajustado para se entender sobre a polarização população-Estado é o atual contexto brasileiro no qual se consolida uma crise política, elemento de fundamental relevância para a reflexão sobre o legado histórico cultural marcado por desigualdades e normatividades. Histórico este narrado por Costa⁴¹.

Imagine um país que ganhou o seu nome de uma árvore, Pau Brasil, sua tinta vermelha a levou à beira da extinção. Só ficou o nome. Onde mais escravos morriam do que nasciam, era mais barato importar outro da África. Onde todas as rebeliões foram brutalmente esmagadas e a República veio através de um golpe militar. Um país que depois de 21 anos de ditadura reestabeleceu sua democracia e se tornou inspiração para muitas partes do mundo. Parecia que o Brasil tinha finalmente quebrado a sua maldição. Mas aqui estamos, com uma presidente destituída, um presidente preso e o país avançando rapidamente rumo ao seu passado autoritário. Hoje, enquanto sinto o chão se abrir embaixo dos meus pés, temo que a nossa democracia tenha sido apenas um sonho efêmero (DEMOCRACIA, 2019, m. 2’34’’).

Um ponto relevante para esta análise se refere à utilização estratégica da religião⁴² como fio condutor no processo de instituição das concepções ultra conservadoras direcionadas às diversas áreas da sociedade brasileira. Não obstante, a inserção de preceitos religiosos na política do Estado é um ato inconstitucional considerando que o Estado é laico⁴³,

⁴¹ Petra Costa é a diretora do documentário que teve grande repercussão por seu conteúdo crítico aos acontecimentos políticos no Brasil nos últimos quase sete anos. A produção cinematográfica foi lançada no presente ano e indicada ao Oscar.

⁴² No decorrer da história, o discurso religioso dominante que penetrava os campos de poder, inclusive o político, era fundamentalmente cristão. Atualmente, no Brasil, houve uma redirecionada das diretrizes religiosas pelas bancadas evangélicas que estão em ascendência no que se refere à ocupação das bancadas parlamentares, perpetuando as normatividades morais anteriormente construídas e dotando-as de um componente de reforço, a narrativa da raiva e do ódio.

⁴³ Significa dizer que o Estado não pertence à nenhuma ordem religiosa e, portanto, não deve conduzir a política do país segundo diretrizes de qualquer religião. O Estado deve sim garantir a livre expressão religiosa dos brasileiros, independente de qual seja.

segundo artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988. A Carta Magna define que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias” (BRASIL, 1988), condição que é complementada pelo artigo 19, que define que o Estado está vedado a manter relação com qualquer religião que seja. Logo, o princípio de laicidade que rege o Estado brasileiro define que este não possui nenhuma religião oficial e, da mesma forma, nenhuma fundamentação religiosa pode determinar os rumos políticos e as decisões jurídicas da nação.

Na contramão do que define a Constituição, os acontecimentos políticos que por desventura tivemos que vivenciar desde a estruturação do golpe⁴⁴ parlamentar impulsionado pelas protestas conduzidas estrategicamente contra a Dilma Rousseff em 2013, e que desencadearam na desestruturação tanto social como política brasileira, tornam óbvia a utilização da moralidade religiosa para demarcar e induzir uma específica diretriz dogmática. Segundo palavras de Jair Bolsonaro, atual presidente “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. A minorias têm que se curvar para as majorias” (BOLSONARO, 2017).

Este fator se mantém lúcido em fatos concretos como foram as rezas evangélicas⁴⁵ que precederam o momento de votação pelo inconstitucional *Impeachment*⁴⁶ contra Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados, em 2016, assim como nos pronunciamentos feitos no

⁴⁴ O ato se caracteriza como Golpe por suas inúmeras evidências que não se referem somente à inconsistência dos argumentos, como a suposta improbidade administrativa se referindo às, popularmente conhecidas, “pedaladas fiscais” – prática adotada para garantir o financiamento de programas sociais e econômicos em que se atrasa o repasse de dinheiro aos bancos públicos, utilizada por todos os governos anteriores à Dilma – mas, também, pelo ferimento aos princípios constitucionais, jurídicos, legislativos e executivos. Talvez a demonstração mais didática sobre a incongruência do processo seja o forte contraste entre a condução teatral para expressar a gravidade do suposto “crime” durante a acusação e a aprovação das ditas “pedaladas fiscais”, por votação no Senado, dois dias após a aprovação pela destituição da presidenta.

⁴⁵ “Em 17 de abril de 2016, por 367 votos favoráveis e 137 contrários, a Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff [...] Dos 81 deputados que compõem a Frente Parlamentar Evangélica, também conhecida como Bancada Evangélica, um não compareceu e 75 votaram a favor da admissibilidade do impeachment. No conjunto dos demais 432 deputados, que não fazem parte desse grupo evangélico, o número de votos favoráveis ao processo de impeachment foi de 292, com uma ausência registrada. Em termos relativos, o encaminhamento do processo de admissibilidade do impeachment da presidente Dilma pelos votantes foi de 93,8% entre os evangélicos e de 67,7% entre os não evangélicos; no total, 71,8%. Com uma porcentagem tão expressiva, os evangélicos marcaram sua diferença” (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 01).

⁴⁶ Na defesa do advogado de Dilma em seu processo de *impeachment* (Ex. ministro d Justiça), José Eduardo afirma “O que sequer é um *impeachment*, pouco importa se eu rasgo a constituição ou seu violento a democracia, eu defendo que num país historicamente marcado, talvez desde o seu descobrimento, por uma corrupção estrutural e sistêmica é absurdo que uma presidenta da república legitimamente eleita seja afastada por uma questão contábil que era aceita pelos tribunais. E sem ser acusada neste processo de ter se locupletado de um centavo sequer. E por isso, este processo de *impeachment* não deve ser chamado de *impeachment*, se consumado, deve ser chamado de golpe. Golpe de abril de dois mil e dezesseis” (DEMOCRACIA, 2019, m. 40’10”).

momento da votação. Os deputados, declarando seus votos afirmativos ao ato, externalizavam frases que continham afirmações do tipo “pelos evangélicos da nação toda”, “pelo povo de Deus” ou mesmo o condutor do ilegítimo processo e então presidente da Câmara Eduardo Cunha ⁴⁷enunciou “que Deus tenha misericórdia dessa nação, eu voto sim” (DEMOCRACIA, 2019, m. 60’17’’ - 60’50’’).

Ainda dentro da perspectiva moralista das bancadas evangélicas, as frases anunciadas continham a intenção de reforçar a ideia das dissidências sexual e de gênero, como inimigos da família. Evidenciam, conforme exemplo citado por Stroppa e Rothenburg,

O conflito entre o direito de expressão e outros direitos fundamentais (ligados à imagem, à honra, ao sentimento religioso e de igualdade racial e sexual) de pessoas e grupos vulneráveis nas hipóteses em que a liberdade de expressão é utilizada para disseminar mensagens de discriminação e de opressão (DEMOCRACIA, 2019, m. 59’52’’).

Vociferações que contemplam bem a transmissão de tal ideia são pronunciadas por outros deputados, pastores evangélicos, que ressaltam “feliz é a nação cujo Deus é o Senhor. Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é ‘sim’” (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 06). Ou, segundo momento recordado por Costa, ressaltando a transfobia e homofobia clara e diretamente.

Em nome do meu filho Edermalo, filho de quatro anos e do Rogério, que junto com a minha esposa, formamos a família no Brasil que tanto esses bandidos querem destruir, com proposta de que criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas com seis anos de idade, eu voto sim (DEMOCRACIA, 2019, m. 59’52’’).

Tais pronunciamento não somente reforçam os estereótipos, como banalizam os olhares pejorativos e apinhados de intolerância. E muitas vezes, ainda, utilizam o disfarce da suposta liberdade de expressão, manipulando e subvertendo o seu significado. É importante ressaltar que a liberdade de expressão se refere justamente a possibilidade de exteriorização das particularidades de cada indivíduo, principalmente quando não compatíveis com a narrativa hegemônica, como prática da cidadania. Nenhuma expressão de preconceito e agressão contra outra pessoa poderia se encaixar nesta denominação. Este fator tem central importância, por ser basilar para ou direitos humanos, em concordância com Stroppa e Rothenburg.

Na verdade, em um ambiente democrático, ainda que não se deva afirmar a primazia absoluta e definitiva de algum direito fundamental, há aqueles que têm um destaque relativo, gozam de preferência inicial e cobram razões especialmente fortes para

⁴⁷ O Deputado Eduardo Cunha era investigado pela Operação Lava Jato à época e atualmente está preso.

justificar-lhes a restrição. Tal é a situação da liberdade de expressão que, tanto em sua perspectiva individual, como na coletiva, serve de fundamento para o exercício de outros direitos fundamentais e para a própria democracia enquanto regime que requer a formação de uma opinião pública livre (STROPPIA; ROTHENBURG, 2015, p. 453).

A polarização da sociedade ⁴⁸ discutida anteriormente neste trabalho é um outro ponto essencial para se entender o processo de chegada ao atual governo ultra conservador. Desde as cooptações das manifestações incitadas pelo poder privado em junho de 2013, iniciou-se uma campanha de ostensiva circulação de irrisões por redes sociais e publicações na mídia, associando o Partido dos Trabalhadores ⁴⁹ aos escândalos de corrupção. Conforme pontuado por Costa em sua narrativa, “alguma coisa no nosso tecido social começa a mudar, dando lugar a uma fissura profunda que nos dividiria” (DEMOCRACIA, 2019, m. 27’28”). Os principais motivos, contudo, da preocupação dos financiadores para incitar este processo conflituoso diziam respeito não efetivamente à preocupação com a corrupção, mas com a condução da presidente que rumava em direção à novas políticas de mediação para diminuir os juros para a população e que, por consequência afetaria os banqueiros e altos empresários. No dia do trabalhador, primeiro de maio de 2012, a presidenta faz uma declaração que desencadeia a fúria do setor, em que ressalta

Não quero ser a presidenta que cuida apenas do desenvolvimento do país. Mas aquela que cuida em especial do desenvolvimento das pessoas. Cuidar do desenvolvimento das pessoas significa lutar incessantemente para acabar com a pobreza extrema em todas as regiões do país. Significa enxergar o trabalhador como cidadão e por isso pleno de direitos civis. [...] Vem daí também a posição firme do governo, para que bancos e financeiras diminuam as taxas de juros cobradas aos clientes, nos empréstimos, nas taxas básicas e nos cartões de crédito. [...] É inadmissível que o Brasil que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com os juros mais altos do mundo. [...] O setor financeiro, portanto, não tem como explicar esta lógica perversa aos brasileiros. A Selic baixa, a inflação permanece estável, mas os juros do cheque especial, das prestações ou do cartão de crédito não diminuem (FALA, 2012).

Enquanto a população, a partir da indução de dois polos sociais reativos entre si, gasta as suas energias em conflitar com violência, Jair Bolsonaro, personagem político cuja comunicação se efetiva exclusivamente a partir do discurso de ódio e da incitação à intolerância – como a misoginia, o racismo e a homofobia - lança a sua candidatura à presidência. Simultaneamente, as protestas contra o Partido dos Trabalhadores ou a favor da volta do regime militar destilam o ódio por meio de imagens de bonecos do anterior presidente, Lula, sendo enforcado, pisoteado, metralhado, espancado, e os pronunciamentos

⁴⁸ Elemento que pode ser associado à estratégia empresarial para alcançar objetivos lucrativos

⁴⁹ O PT (Partido dos Trabalhadores) é o partido político dos presidentes Luiz Ignácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), ou seja, o partido que permaneceu na presidência desde às eleições de 2002 até a destituição da presidenta Dilma.

da presidenta Dilma são precedidos de gritos eufóricos pelas janelas dos bairros repletos de odiosidade, que emitiam frases de baixo calão como “vai tomar no cu, “caralho” e “sua puta” (DEMOCRACIA, 2019, m. 25’05”). Bolsonaro, homenageia por distintas vezes o sombrio assassino e torturador que atuou no período da ditadura militar, como na frase proferida na votação a favor da destituição de Rousseff, em 2016: “pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff” (BOLSONARO, 2019) ou quando se refere à este como “um herói nacional que evitou que o Brasil caísse naquilo que a esquerda hoje em dia quer” (IDEM, 2019). Inicia, assim, uma jornada de ascensão por meio de discursos e estratégias típicas⁵⁰, baseada na distribuição de notícias falsas⁵¹ por meio das redes sociais, e muito parecida às utilizadas na Ditadura. Sua eleição se concretiza e seu mandato inicia em primeiro de janeiro de 2019.

Os fatos elucidados são importantes para adentrar a discussão da forma de proceder do atual governo para com o turismo e, ainda, sobre a hostilidade e violência para com a população LGBT+ dentro do país, situação que se transfere de forma direta para o âmbito das práticas turísticas.

Desde a campanha do candidato à época, assim como aconteceu em diversas áreas onde não houve propostas consistentes – ou vinham carregados de posicionamentos retrógrados quando os havia –, não se delimitaram propostas concretas para o turismo. O seu foco se restringe, nesse momento, ao aumento do turismo estrangeiro, que deveria passar de 6,5 milhões de visitas anuais, para 12 milhões até 2020, e triplicar os ingressos financeiros advindos deste público (PIMENTEL, 2019).

Este interesse reflete no ato de alteração, pela Embratur, durante o ano de 2019, da marca internacional Brasil⁵² para a utilização nas peças promocionais do turismo no estrangeiro. Esta passa a conter o nome Brazil – se modifica a palavra escrita em português para a escrita em inglês – acompanhada da frase “Visit and Love us”. A mudança teve repercussão negativa por sua tradução questionável, tanto no que se refere à adequação ao entendimento dos falantes anglo-saxões, como a atenuação da situação para um estrangeiro

⁵⁰ As estratégias delineadas para promover a eleição de Bolsonaro foram traçadas de forma cartesiana e fundamentadas pela ideologia fascista da supremacia branca, cuja consultoria foi realidade por Steve Bannon – diretor executivo da campanha de Trump em 2016 e antigo editor do site Breitbart, site de conteúdos segundo diretrizes do fascismo, ou seja, que destoam em seu caráter antissemita, racista, misógino, LGBTfóbico.

⁵¹ As conhecidas Fake News.

⁵² Para além das polémicas explanadas neste parágrafo se adiciona o fato do design francês Benoit Sjöholm ter acusado a Embratur de violar os seus direitos autorais ao adotar uma fonte criada por este (JÚNIOR; GRANDIN, 2019).

que tenha que fazer a terceira tradução ao seu idioma (TURISMO, 2019a), para além da já discutida grafia que, além de ser considerada equivocada, seria mais interessante se escrita em português pela condição, justamente, da divulgação do país segundo as suas especificidades. Outro aspecto mais grave se nota na passagem de uma mensagem que não contém nenhuma relação com as práticas do turismo no Brasil, e tampouco efetiva uma imagem positiva ou representativa deste, ao contrário, confere à frase uma “conotação sexual”, conforme protestos realizados oficialmente pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais do Turismo (Fornatur) (IDEM, 2019a). A este último aspecto imputa-se à ferrenha luta durante os últimos anos para desconstruir e dissolver a imagem estereotipada, tão fomentada nas peças elaboradas pela Embratur no período do regime militar em que as mulheres saíam seminuas na maioria das vezes, que exprime explicitamente a ideia do “turismo sexual”. É importante ressaltar que este nunca deve ser entendido como um segmento turístico, mas como um problema social, contexto no qual o Estado é responsável por sanar as problemáticas advindas deste.

As conduções de mudança de marca que conversam com os posicionamentos do Bolsonaro em que exprime aberta e publicamente as suas percepções arcaicas e de cunho fascista no que se refere, inclusive, ao âmbito do turismo, contrastam, não por acaso, com os dados apresentados pela Organização Mundial do Turismo, segundo a Folha de São Paulo. Os dados informam que em contrapartida ao aumento de 4% das viagens internacionais na dimensão global, o Brasil teve uma queda de 5% no turismo receptivo internacional, assim como queda de 5% nos gastos com turismo no primeiro semestre de 2019 (TURISMO, 2019b).

Com a intenção de desenvolver sobre o possível motivo da baixa no turismo durante o primeiro ano de mandato do Bolsonaro, novamente, voltamos o olhar para o golpe parlamentar em que se consolidou o pedido de *Impeachment* contra Rousseff. Mesmo que no Brasil não houve um impacto tão expressivo ou crítico tendo em vista a seriedade do fato, muitas vezes sendo apoiado ou naturalizado sem percepção de seus agravantes, a imagem sobre a crise política alavancada por este ato tomou no estrangeiro amplas proporções. Quiçá uma explicação aplicável a este fato seria que “as diferenças entre cobertura da imprensa internacional e imprensa local se tornam gritantes” (THOMAZ, 2016). Ainda, segundo Thomaz

As narrativas sobre a crise em jornais [...] contrastaram significativamente com a abordagem da grande imprensa Brasileira, fato que foi explorado por vários analistas. A questão é que, diferente do que ocorria há algumas décadas, a imprensa internacional não reproduz mais apenas os eventos e abordagens dados pelo noticiário local. Cada vez mais, veículos jornalísticos de fora do País contam com correspondentes em *locus*, muitas vezes como formação e especialização em Estudos Brasileiros (IDEM, 2016).

Este poderia ser um fato impulsionador da imagem sobre o Brasil, potencializando a visão da real inconsistência política e democrática do País. Tiburi realiza uma análise sobre uma possível imagem do Brasil em sua passividade social.

Um brasileiro que viajar a outro país não se surpreendera caso os habitantes do país visitado vejam no Brasil somente a imagem do carnaval, do samba e das belas mulheres sempre disponíveis para o sexo fácil.[...] A imagem do Brasil fora do Brasil é a do futebol, do povo hospitaleiro e pacífico, da gente simples, da malandragem e, necessariamente, da pobreza autocontente. Um país onde os colonos e escravos não entraram em guerra. [...] Neste país, acredita-se que as pessoas estão “numa boa”, não reclamam porque, em que pese uma política corrupta e péssimas condições sócias sempre aproveitadas por certa indústria da violência, as pessoas não teriam temperamento para reivindicar mudanças ou para, com as próprias mãos, agirem em um direção diferente (TIBURI, 2016, p. 148).

Entrelaçando às análises da população LGBT+ e o turismo, circunscritas ao âmbito da imagem sobre o Brasil, o último tema abordado concentra medidas políticas adotadas pelo governo Bolsonaro, assim como as suas pronunciações verbais carregadas de ignorância, intolerância e ódio. Paralelamente, o Brasil lidera muitas das estatísticas realizadas em relação a assassinatos, violências, silenciamento e invisibilidade da população LGBT+ sobretudo⁵³ das travestis e das pessoas transgênero. A mensagem é corajosamente musicada por Triz⁵⁴: “Brasil, país que mais mata pessoas trans/ Espero que a estatística não suba amanhã/ Me diz, por que o jeito de alguém te incomoda?” (RUTZATS, 2017, m. 2’59’)⁵⁵. Segundo a Rede Trans, em 2019, houve 102 assassinatos à pessoas trans/travestis registrados, por motivação transfóbica, sendo 97% contra mulheres trans. (REDE TRANS, 2019, p. 14). “A cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que

⁵³ Segundo relatório de população LGBT morta no Brasil publicado pelo Grupo Gay da Bahia, “em termos relativos, as pessoas trans representam a categoria sexológica mais vulnerável a mortes violentas. Sob o rótulo “trans”, foram incluídas 81 travestis, 72 mulheres transexuais, 6 homens trans, 2 dragqueens, 2 pessoas não-binárias e 1 transformista. Esse total de 164 mortes, se referidas a 1 milhão de pessoas trans existentes em nosso país, estimativa referendada pelas próprias associações da categoria, indicam que o risco de uma pessoa trans ser assassinada é 17 vezes maior do que um gay” (GGB, 2018, p. 01).

⁵⁴ Primeire rapper trans de gênero neutro, ou seja, não se reconhece segunda nenhuma das denominações de gênero binárias (homem/mulher) e, por este motivo, prefere ser chamade pelo pronome “e” como forma de neutralizar o “a” (feminino) e o “o” (masculino) Ficou muito reconhecido pelo lançamento do seu primeiro clipe, *Elevação Mental*, aos 18 anos, cujo conteúdo expressa, de forma profunda, o seu ativismo da luta pelo respeito à diversidade, especialmente a pauta transgênero.

⁵⁵ Para a música completa, ver Anexo I.

confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (GGB, 2018, p. 01).

A Comissão Interamericana recebeu informações preocupantes sobre o número de homicídios de pessoas LGBT no Brasil. As estatísticas do Brasil superam consideravelmente as de qualquer outro Estado Membro da OEA⁵⁶, em relação ao número de homicídios documentados. Faz-se mister ressaltar que, ainda que no Brasil existam altos níveis de violência e preconceito contra pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero não normativas, outros fatores também podem explicar número elevado (CCDH, 2015, p. 96).

Convergente à este ponto da imagem que se tem do Brasil, deve-se analisar o impacto de outros eventos como foi o brutal assassinato de Marielle Franco⁵⁷ – “lésbica assumida [...] autora de projetos de proteção cidadã à comunidade LGBT e participante das Paradas do Orgulho do Rio de Janeiro” (GGB, 2018, p. 19) – fundamentada por interesse político. O homicídio desencadeou um choque social pela sua condição claramente silenciadora e “coercitiva”, e adquiriu repercussão mundial por sua semelhança com a condução dos governos autoritários e violadores, da ditadura.

A partir de uma dinâmica global marcada pela busca dos reais conceitos de direitos humanos e cidadania, e cuja idealização já começa a ser implantada em diversos países no mundo, a análise perpassa pelo último ponto potencial para a condução da diminuição de turistas visitando o Brasil e pelo endossamento da imagem negativa sobre o país, as verbalizações do Bolsonaro em diversos espaços políticos e, inclusive, diplomáticos.

No segundo dia de mandato⁵⁸, Bolsonaro assinou a medida provisória 870/19 que retira a pauta LGBT+ das diretrizes dos Direitos Humanos, sob jurisdição da pastora evangélica Damares Alves⁵⁹, nomeada Ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (PEREZ, 2019). No dia 25 de abril de 2019, além de censurar a campanha do Banco do Brasil pela mensagem sobre diversidade e induzir a demissão do diretor de comunicação responsável, Delano Valentim, em entrevista com jornalistas, Bolsonaro afirmou que se “quiser vir fazer sexo com mulher, fique à vontade” e que o “Brasil não pode ser país do mundo gay, temos família” (REDAÇÃO, 2019). Em 15 de maio de 2019, o

⁵⁶ Organização dos Estados Americanos.

⁵⁷ Marielle Franco era Vereadora do Rio de Janeiro. Uma intelectual, socióloga e militante – negra e lésbica - que se fazia amplamente presente na luta pelos direitos humanos. No dia 14 de março de 2018 foi assassinada e, até o presente momento, não se chegou a um veredito final sobre o seu assassino.

⁵⁸ 2 de janeiro de 2019.

⁵⁹ Damares Alves, pastora evangélica conhecida por seus posicionamentos conservadores alinhados com o Bolsonaro, como a sua famosa frase “agora menino veste azul e menina veste rosa”. A religiosa, mesmo não contendo nenhum título acadêmico se autodenomina Mestre em educação, Mestre em Direito Constitucional e Mestre em Direito da Família.

presidente retirou trechos que se referiam ao incentivo ao turismo LGBTQ+ do Plano Nacional de Turismo para o período de 2018 a 2020, para então decretá-lo. Um dos textos eliminados dizia

Essa visão traz, para além dos benefícios econômicos, benefícios sociais que se expressam tanto para os destinos como para os viajantes LGBTQ+. O destino pode associar sua imagem à tolerância, inclusão e diversidade e o turista LGBTQ+ tem sua experiência melhorada em um ambiente amigável e preparado para recebê-lo livre de preconceito (GRAVIA, 2019).

No dia 4 de outubro, o Ministro de Turismo, Marcelo Álvaro Antônio é indiciado pela Polícia Federal pela articulação de candidaturas laranja de mulheres no PSL em Minas Gerais, para desvio de recursos, “caracterizado nos crimes de falsidade ideológica eleitoral, apropriação indébita de recursos e associação criminosa” (MINISTRO, 2019). Sobre o caso, Bolsonaro somente elogiou o seu trabalho no Ministério, e afirmou que as suas ações do passado nada tem a ver com a sua atuação atual, posicionando-se contrário ao afastamento do Ministro (MAIA, 2019).

Um dos guias internacionais de turismo LGBTQ+, GayCities classificou o Brasil como o país que mais se deve evitar visitar, ao considerar que se torna um país perigoso para pessoas LGBTQ+. A afirmação é fundamentada no fato do Brasil ser o país que mais mata dissidentes de sexualidade e gênero, das falas de Bolsonaro e das notícias circuladas, como é o caso do assassinato de Marielle e a correspondente impunidade em que até a atualidade, quase dois anos depois de seu homicídio, ainda não se tem informações sobre o mandante do crime (PUTTI, 2019).

A Organização Mundial do Turismo revela que 15% da renda do turismo internacional se refere ao turismo LGBTQ+. Este alto percentual revela grandes interesses econômicos o que identifica as atuações do presidente, para além de tamanha expressão de seus ódios internos, preconceitos e intolerâncias, um processo nada estratégico e perigoso para alcançar as metas pelo seu próprio governo, propostas de aumentar o fluxo turístico internacional no Brasil.

Contudo, a preocupação maior apresentada neste trabalho não se refere à discussão de quão notório é o impacto sobre a economia, mas de como é possível que o discurso sobre este impacto seja muito mais influente e convincente do que o fator do direito à vida, tão proclamado pelos fundamentalistas evangélicos ao se referirem às discussões sobre o aborto, e tão esquecida pelos mesmos quando se adentra a discussão sobre as mortes contra a população LGBTQ+. Como pode ser maior o peso da informação sobre um decréscimo dos

ingressos de capital financeiro do que as claras e permissivas violações dos direitos humanos das pessoas LGBT+ no Brasil? Por que devemos inserir dados sobre as influências negativas a partir da negação dos incentivos turísticos para o PIB pelo presidente, para fazer entender o quão importante se faz o acolhimento para com esta população? Enquanto mergulhamos na discussão sobre o esvaziamento dos discursos por meio do *marketing* baseado no multiculturalismo ou da universalização dos direitos humanos, por outro tentamos defender a diversidade justamente mostrando o quão rentável é? Daqui falamos de uma questão fundamentalmente humana e não de fluxo de mercadorias.

No cenário mundial os indicadores de avaliação sobre os países turísticos mais bem avaliados recaem sobre a hospitalidade. Portugal tem o ranking melhor avaliado como país que melhor acolhe seus turistas. Será que o Brasil, depois dos megaeventos esportivos que indicaram a hospitalidade como surpreendente, continuaria nesse índice avaliativo positivo diante dos discursos de ódio e das políticas de exclusão da população LGBT+ ?

3.2 Reconhecendo o Diálogo Entre os Sentimentos dos Turistas LGBT+ e as Experiências nas Práticas Turísticas

Finalizada a análise do levantamento bibliográfico sobre os temas propostos por esta monografia, dos relatórios publicados por órgãos públicos e ONGs, além dos documentos audiovisuais e jornalísticos que permitem acessar o contexto político atual, adentramos o campo das percepções sensíveis em que os entrevistados percorrem por diferentes dimensões, desde as suas sensações sobre o atual governo ao relato de fato vividos de LGBTfobia em viagens ou em sua própria cidade. O aprofundamento da discussão proporcionado pelas entrevistas se torna uma importante ferramenta para desvelar a face dos sentimentos e da complexidade humana no que se refere à suas relações como o mundo, ponto primordial para sensibilizar para questões que transcendem o viés econômico. Se refere às expressões individuais, aos afetos, os espaços de trocas de conhecimento e apoio, às formas de amar.

As entrevistas realizadas são estruturadas, com perguntas abertas, e o questionário foi respondido por escrito pelos participantes. O procedimento foi escolhido no sentido de evitar

constrangimentos por parte do entrevistado, considerando à sensibilidade das perguntas, por exemplo, as que se relacionam com as violências sofridas. As perguntas (apresentadas no Anexo II) foram realizadas em caráter aberto com o objetivo de possibilitar uma certa liberdade de expressão para os LGBTs convidados a responder.

Segundo a identificação pessoal dos entrevistados, todos são brasileiros. Oito dos nove entrevistados moram em Brasília, sendo o único divergente, morador de São José dos Campos, em São Paulo. As idades variam entre os 31 e 43 anos. Segundo a identidade de gênero, sete se identificam como cisgênero, entre homens e mulheres, e dois como transgênero, um homem e uma mulher. Das orientações sexuais, dois são heterossexuais, uma é bissexual, três são lésbicas e três são gueis. Segundo a auto identificação segundo raça/cor conforme os critérios do IBGE, quatro se identificam como brancos, três como pardos e duas como pretas.

Os dados levantados no âmbito de vivência em viagens, três dos nove entrevistados nunca realizaram viagens internacionais. Todos realizaram viagens para outras cidades do Brasil e os nove incluíram o Rio de Janeiro como cidade que conhecem. Em relação à frequência das viagens, considerando que os entrevistados poderiam marcar uma ou mais⁶⁰ das quatro opções - anualmente, mensalmente, semanalmente, em feriados prolongados – cinco responderam que viajam em feriados prolongados, quatro com frequência anual e três mensal.

A seguir apresentamos o quadro com informações básicas sobre os entrevistados, para melhor identificação do perfil destes.

Quadro 3: Perfil dos entrevistados

| Perfil dos entrevistados | | | | | | |
|--------------------------|-------------|-------------------------|----------------------|-----------------------------|-------|------------------------|
| Entrevistade 61 | Experiência | Identidade de Gênero | Orientação Sexual | Raça / cor ⁶² | Idade | Viajou ao exterior? |
| A | Turismólogo | Homem Cis | Guei | Branco | 43 | Sim |
| B | Turismólogo | Homem Cis | Guei | Pardo | 26 | Sim |

⁶⁰Três dos entrevistados marcaram duas opções, sendo a segunda “em feriados prolongados”

⁶¹ Considerando as novas formas de linguagem propostos pelos debates no âmbito da diversidade, utiliza-se aqui o “e” no final da palavra com a intenção de incluir as diversas sexualidades e identidade de gênero.

⁶² Segundo o critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

| | | | | | | |
|---|------------------------|--------------|---------------|--------|----|-----|
| C | Turismólogo | Homem Cis | Guei | Branco | 43 | Sim |
| D | Turista / Núcleo LGBT+ | Mulher Trans | Heterossexual | Branca | 39 | Não |
| E | Turista | Homem Trans | Heterossexual | Pardo | 32 | Não |
| F | Turista | Mulher Cis | Bissexual | Preta | 34 | Sim |
| G | Turista | Mulher Cis | Lésbica | Preta | 35 | Não |
| H | Turista | Mulher Cis | Lésbica | Branca | 31 | Sim |
| I | Turista | Mulher Cis | Lésbica | Parda | 32 | Sim |

Fonte: elaborado pela autora

Entende-se basilar o diálogo entre as percepções dos turismólogos e dos turistas, como forma de entender mais amplamente o campo das práticas turísticas e suas particularidades. Neste sentido, por um lado, os entrevistados D, E, F, G, H e I foram convidados por se caracterizarem pertencentes à população LGBT e por suas experiências turísticas, podendo trazer à tona uma visão interessante sobre o acolhimento em suas viagens. Por outro lado, os entrevistados A, B e C foram convidados por serem gueis e por sua atuação nos âmbitos profissional e/ou acadêmico do turismo. Estes, portanto, para além das perguntas gerais respondidas pelos outros seis entrevistados, responderam um questionário à parte sobre o ponto de vista de uma pessoa atuante como profissional em Turismo.

Dos relatos sobre LGBTfobia presenciadas nos seus campos de atuação, dois dos participantes informaram não ter estado presente em nenhuma situação neste sentido. O respondente C mencionou dois casos. Um na faculdade, ao ter contato com um colega que foi expulso de casa por se assumir homossexual e o outro durante o período em que trabalhou no ramo da hotelaria, em que os funcionários não se faziam perceber diante dos clientes, mas “nas áreas internas isso era assunto de deboche, em especial nas áreas de descanso e lazer”. Sobre as opiniões que se têm sobre as potencialidades e fragilidades do turismo no que se refere ao acolhimento da população LGBT+, todas as respostas não transmitiram otimismo. O entrevistado A citou que uma potencialidade seria o aumento dos serviços direcionados ao público LGBT, mas que em contrapartida ainda falta uma conscientização social.

A postura social e suas políticas devem acompanhar esse movimento de respeito e visibilidade. Não só as empresas e instituições que atuam com o turismo. A população deve respeitar e acolher esse público e isso só começará a ocorrer quando as políticas sociais dessa população estiverem voltadas para a valorização, respeito e promoção da qualidade de vida dessa população (ENTREVISTADO A).

Ao serem questionados sobre as ações a serem tomadas em direção à um turismo mais humanizador, os três responderam que há a necessidade da criação de novos métodos educativos, corroborando com os argumentos de Lage para a educação desde a escola.

Nesse contexto hostil, situa-se estrategicamente a escola. E, por sua passagem obrigatória, lhe é delegada o encargo de propor discussões críticas sobre orientação sexual e cidadania; amenizar os conflitos para propiciar a convivência humana; inserir valores como o respeito [...]. E ao esbarrar nas barreiras sociais, religiosas e culturais, a escola se vê em contradição entre o pensar, o agir eticamente e o ser tolerante (LAGE, 2012, p. 33).

O entrevistado A adicionou outras três ações prioritárias: a) “a elaboração de políticas sociais que atenda, valorize e respeite, com equidade, a população LGBTQI”; b) o aumento no número de vagas profissionais direcionadas à esta população, sobretudo, às travestis e aos trans; c) O incentivo de acesso à academia. Segundo este, os dois últimos viabilizam a melhoria da qualidade de vida pelo saber-fazer. O entrevistado B ressaltou a natureza acolhedora do brasileiro como uma potencialidade em contraste com o fundamentalismo religioso, que tornaria este avanço mais dificultado. O entrevistado C resalta a necessidade de “projetos que toquem o coração e a alma das pessoas que trabalham com todos os tipos de públicos” além do investimento financeiro direcionado à “verdadeira hospitalidade junto a população LGBT”, e acrescenta:

Porém, desconfio, que com o governo atual, isso tudo se torne mais difícil. Para mudar isso, na minha opinião, teríamos que mudar a visão de mundo na educação, na base familiar (que ainda é muito retrograda). Até hoje escuto relatos de jovens que são expulsos de casa por serem homossexuais. Em pleno 2020 não dá para imaginar isso, mas o fato é que ainda existe. Projetos que pudessem mudar essa visão, seria muito bem vindo (ENTREVISTADO C).

Passando ao outro viés da análise, sobre as perguntas que perpassam as vivências segundo a perspectiva do turista, os nove entrevistados foram unânimes em expressar sentimentos reativos ao governo do Bolsonaro, como desaprovação, horror e medo. Alguns demonstraram a necessidade de firmar na luta e resistência com frases como “não nos intimidemos com o ‘bater das panelas’ (entrevistado A) ou “I will survive”⁶³ (entrevistado E). A entrevistada F relatou o seu duro processo durante o período das eleições em 2018.

⁶³ Faz referência à música *I will Survive*, de Glória Gaynor. A composição se tornou um símbolo importante da cultura LGBT+, sendo considerando o hino LGBT+, por muitos.

A campanha eleitoral e principalmente o período entre o primeiro e o segundo turnos das eleições de 2018 foram extremamente perturbadores para mim e para parte expressiva de amigos e conhecidos LGBT. Antes do episódio da facada em Bolsonaro, sua candidatura para mim significava mais uma piada de muito mau gosto, apesar da eleição do Trump dois anos antes. Depois do atentado, a disputa presidencial e os debates sobre isso no cotidiano ficaram para mim cada vez mais próximos do absurdo. Foi um período traumático, todo o processo afetou meu sono, humor e apetite. De desespero e desesperança, no mês de outubro perdi 4kg e acordei diversas vezes aos prantos no meio da noite (ENTREVISTADA F).

Entre as maiores preocupações dos respondentes, destaca-se a legitimação das diversificadas violência a partir do discurso de ódio, conforme destaca a Entrevistada G na colocação de que sua “percepção é que o atual governo legitima as pessoas a agirem com violência, afastando da população uma claridade sobre a questão e trazendo pra um retrocesso, em vez de progresso, aumentando os assassinatos e espancamentos no meio”. A afirmação concorda com a de outros entrevistados:

Sem dúvidas, ter representantes políticos que não escondem querer exterminar a população LGBT é aterrorizante [...] Podemos destacar os recentes comentários e ações a respeito das pessoas que vivem com HIV e AIDS; onde são tomadas decisões sem fundamento algum e muita ignorância (ENTREVISTADO B).

Acredito muito que as narrativas de ódio são um movimento extremamente reacionário aos avanços de direitos humanos e políticas públicas que conseguimos alcançar nos últimos anos. Percebo o impacto nas nossas vidas, com um presidente que legitima esses discursos de ódio, as pessoas preconceituosas se sentem mais à vontade para serem violentas com a população LGBT (ENTREVISTADO E).

A sensação é que o discurso de ódio do atual desgoverno – em todas as instâncias – dá para as pessoas comuns mais abertura para serem homofóbicas e praticarem qualquer tipo de violência – partindo do rotineiro que é: às pessoas com poder de autoridade (como os militares), sexual (como os homens) e aquisitivo (como os ricos) a validação de “poder” ser violento ou excludente por “ter” um dispositivo de poder é naturalizada. O discurso de ódio, dissidência de normose, doença que merece ou pode/deve ser curada e afins relacionado a homossexualidade me revela que as pessoas não serão punidas porque esse ódio e violências não são entendidos como violações de direitos, mas sim atitudes a serem tidas para “corrigir” @s divergentes (ENTREVISTADA F).

Outra pergunta dirigida aos entrevistados pretendia obter informação sobre a percepção de impactos factuais em suas vivências cotidianas que pudessem ser fundamentados no discurso do ódio, desde o período de candidatura do Bolsonaro até o momento atual, primeiro trimestre de 2020. Segundo o Grupo Gay da Bahia, o aumento no índice de assassinatos subiu drasticamente nos últimos dez anos. Os dados comparativos são 130 assassinatos registrados em 2010, 445 em 2017 e, em 2018, 420 homicídios (2018, p. 01).

Os impactos são percebidos pelos respondentes E e G. Esta última ressalta que “a violência tem aumentado e a ameaça dos direitos vem junto com o desprezo pela comunidade LGBT”. A entrevistada D responde que “no DF estamos avançando e não houve retrocessos”, mas ressalta que a realidade não condiz com o resto do país. Em contrapartida, a entrevistada I afirma que “não fica clara a ameaça a direitos adquiridos (ainda acredito no princípio da segurança jurídica)” e a entrevistada H entende que “até o momento, excluído o campo simbólico, tratando-se mais da esfera jurídica, não houve perda coletiva aos poucos direitos civis conquistados pela população LGBT no Brasil”, frase que demonstra a falta de segurança com o decorrer dos acontecimentos governamentais. É importante ressaltar que mais de dois terços dos entrevistados moram no plano piloto e/ou tem um situação financeira favorável, aspecto que pode justificar a menor vulnerabilidade aos atos de violência, aspecto expresso na frase: “sou mulher e lésbica, mas muito privilegiada financeiramente e moro em um dos bairros mais ricos, jovens e abertos de Brasília” (Entrevistada H) ou em que o entrevistado A reconhece:

Como resido em Brasília, no Plano Piloto em particular, reconheço que tenho um posicionamento privilegiado nesse sentido. Posso demonstrar meu afeto de forma mais livre. Entretanto, também reconheço que isso não acontece da mesma forma nas Regiões Administrativas, como em Ceilândia ou Taguatinga, por exemplo (ENTREVISTADO A).

Alguns casos de transfobia, homofobia e lesbofobia presenciada ou vivenciada, não obstante, foram relatados. Em outros casos, os respondentes explicitaram ter sabido de, ou vivido, situações “tristes” ou “constrangedoras”, mas não discorreu sobre estes na resposta. Dos casos de homofobia, a entrevistada H relatou que um grande amigo e seu namorado foram espancados no carnaval de 2019, em Salvador contando que o “amigo, que teve o maxilar quebrado, voltou para casa no dia seguinte para passar por uma cirurgia”. As histórias de transfobia relatadas pelas duas pessoas trans entrevistadas são especialmente similares, o que poderia indicar uma recorrência do acontecimento.

Uma vez cheguei em João Pessoa, e o recepcionista não percebeu que eu era trans, mas uma outra trans que chegou, ele começou a trata-la no masculino, ai eu tive que intervir e orientei ele a respeitar a identidade de gênero das pessoas trans, mas foi muito constrangedor para a moça (ENTREVISTADA D).

Quando fui fazer check in no Hostel que havia feito reserva a recepcionista achou estranho o nome na minha identidade pois eu já era reconhecido fenotipicamente como homem e então duvidou da minha idoneidade/achou que eu estava usando um

documento falso. Tive que explicar que era homem trans e por conta de ser advogado acredito que não tive mais problemas. Ficou evidente o despreparo do hostel tendo em vista que a recepcionista não sabia o que era nome social. Esse fato gerou muito constrangimento pois tinham outras pessoas na recepção esperando pra fazer check in e check out. Fiquei muito constrangido (ENTREVISTADO E).

Nesta linha, Bento afirma que pensar sobre as vivências transexuais como impulsionamento de novos olhares sobre os corpos e o transcender dos gêneros binários atribuídos ao pênis e à vagina “não significa esquecer a dor e angústia que marcam as subjetividades daqueles que sentem e desejam viver experiências que lhes são interditas por não serem comportamentos considerados apropriados para seus sexos” (2012, p. 23). As entrevistas refletem a desigualdade de oportunidades entre os respondentes de orientação sexual dissidente e os transgêneros, ao obter a informação de ambos os entrevistados trans que afirmam nunca ter saído do país. A Rede Trans recorda que “o mercado de trabalho formal ainda não está aberto para a população trans. [...] Em quase todos os casos em que temos uma profissão fora desse meio [prostituição], também são profissões informais” (2019, p. 18). O entrevistado E corrobora destacando em sua entrevista:

Na verdade, nunca tive muitas oportunidades de sair do país, são viagens caras, e assim como a maioria das pessoas trans nunca tive grana para bancar viagens internacionais. Somos uma população na maioria das vezes com pouca escolaridade, que ocupa os subempregos ou que mesmo com escolaridade temos muitas dificuldades no mercado de trabalho por ser trans (ENTREVISTADO E).

Sobre as perguntas que se relacionam com as vivências de LGBTfobia ou preconceitos ocorridos em viagens ou na própria cidade, o fator que ficou especialmente evidenciado nas entrevistas se refere ao contraste entre o visível/perceptível e ao invisível/não perceptível. A orientação sexual não é um ponto necessariamente manifesto, sobretudo se houver a passabilidade hétero, em que a situação pode ser de uma viajante sozinha ou que está com a sua companheira, por exemplo, mas não demonstra o seu afeto. Um dos relatos do respondente C evidencia este fato:

Lembro que no final em minha última viagem internacional para o sudeste asiático (dezembro/2018 e janeiro/2019) essas sensações de desconforto vieram à tona, pois era a primeira vez que viajávamos em família (Meu companheiro, nosso filho e eu) e fui atrás de algumas informações para ter um pouco mais de segurança, em especial na imigração desses países. Confesso que ao chegar em cada país essa sensação interna vinha à tona (ENTREVISTADO C).

Ou mesmo pode nem ser percebido como a seguinte experiência relatada:

Dependendo do lugar, parece que as pessoas sequer concebem um casal de duas mulheres, e isso acaba sendo positivo de alguma forma. Em Barreirinhas/MA, 2012, viajei com minha namorada. Quando chegamos na pequena pousada que havíamos reservado, a recepcionista ficou muito desconcertada quando percebeu que éramos duas mulheres, porque havia preparado um quarto com cama de casal e pediu muitas desculpas. Por coincidência no quarto tinha uma cama de casal e uma de solteiro e ela perguntou se poderíamos ficar lá ou se teria problema. Rimos e falamos que estava ótimo, sem dar explicações. Provavelmente ela não reparou em momento nenhum que éramos namoradas (ENTREVISTADA H).

Sob esta nuance dinâmica é pertinente discorrer sobre um entrave metodológico nesta análise, em que o acesso ou entendimento sobre às situações de violência por motivação LGBTfóbica é dificultado. Por exemplo, uma pessoa bissexual que viaja com o seu companheiro em determinado momento, não vai sentir nenhum tipo de violência bifóbica. Ao viajar com uma companheira, caso venha a sofrer com algum ato violento será caracterizado como lesbofóbico. Porém, a bifobia é percebida nos espaços das relações destas pessoas bissexuais, inclusive nos ambientes homossexuais, por seu caráter dissidente no que se refere à normativa monossexual.

Adiciona-se a particularidade das práticas turísticas em que o visitante não é reconhecido, assim como o é em seu entorno. Mesmo tendo passabilidade (cis ou hetero) é possível que o meio em volta – vizinhos, comunidade, colegas de trabalho - tenha acesso à informação sobre a sua identidade de gênero ou orientação sexual. Mas quando se visita uma outra cidade, região ou país, reconhecendo o fato da precaução por desconhecimento das práticas sociais do lugar, pode existir uma maior propensão à esconder as suas expressões individuais. Situação, esta, que desemboca no problema do “esconder-se” no armário. Tal sentimento é expresso em uma das respostas da entrevistada G que afirma:

Quando era mais nova sim [percebia a necessidade de esconder as expressões de afeto]. Me sentia envergonhada, ou até mesmo envergonhando quem amo, minha família, meus amigos heterossexuais, ou até mesmo constringendo só por ser, por existir (ENTREVISTADA G).

Pensar que, a um ser humano lhe é negado o direito de expressão de suas particularidades também é pensar na violência que este fator carrega. “O que se torna um ser humano quando o despojam, não das coisas, nem mesmo da casa, mas do que o liga à interioridade?” (DUFOURMANTELLE, 2003, p. 116).

Na ocasião de viagem, o sentimento de relaxamento e descanso se torna a necessidade constante da precaução, que desencadeia a tensão e o medo ou, ao menos, a atenção ao

ambiente como remédio da violência. Novamente, a inversão dos fatores se mantém em destaque, no qual o turista LGBT deve estar em vigília constante numa viagem e, principalmente, em que a responsabilidade recai sobre a vítima e não sobre o Estado, ou os agentes turísticos. Sendo assim, o indivíduo que está visitando o lugar tem que “se cuidar” para não ser violentado, não performando um gênero diferente do que lhe é assignado socialmente segundo seu fenótipo, não demonstrando seus afetos, não sendo permitido de se expressar para o mundo as sua forma diversa de ser. Sobre este ponto, foi-lhe perguntado se estes sentiam necessidade de esconder os seus afetos, as suas identidades ou formas de se expressar no mundo, durante as suas viagens. Os participantes da pesquisa, em sua maioria responderam positivamente com frases como “Sim, algumas vezes. Talvez por estar em um ambiente hostil e desconhecido” (Entrevistado B) ou “no Mercado Ver-o-Peso em Belém (PA) evitei andar de mãos dadas com a minha namorada por conta de olhares e comentários homofóbicos (Entrevistada I). Outros explanaram:

Infelizmente, ainda não me sinto confortável, quando em viagem pelo Brasil, em demonstrar carinho e afeto quando junto de meu namorado. Prefiro evitar esse tipo de manifestação por medo de alguma reação ofensiva ou violenta, tanto contra mim quanto contra ele, porque sei que o Brasil é um país que carrega o machismo, o racismo e posturas conservadoras em todo o seu processo de formação (ENTREVISTADO A).

Estando com minha namorada, primeiro “sentimos” como está o ambiente e o quanto as pessoas ao redor são “gay friendly” ou educadas para tanto. No geral, não escondo na recepção do hotel que minha namorada é minha namorada (dizendo, por exemplo, que ela é minha amiga), mas não fico demonstrando afeto (saindo de mãos dadas, por exemplo) em público nesses espaços já no momento da chegada (ENTREVISTADA F).

Ainda sobre as respostas é importante dar destaque a identidade de gênero que, diferentemente, da orientação sexual, denota uma sensibilidade no que se refere à passabilidade cis, na qual, muitas vezes a dissidência de gênero é aparente. Este aspecto se aplica principalmente às mulheres trans e às travestis, deixando-as mais vulneráveis a agressões.

A Rede Trans, durante análise do gráfico de homicídios transfóbicos afirma que, “ao somar os dados obtidos para o campo Mulheres Trans, os assassinatos contra elas correspondem um total de 97% dos casos” (2019, p. 14). Os dois entrevistados trans apontam sobre o fator da passabilidade.

Por ser mais politizada e saber sobre direitos, fico menos receosa, mas já senti medo ou escondi dentro de uma passabilidade para não correr o risco de passar por um constrangimento (ENTREVISTADA D).

Como homem trans eu nunca senti necessidade de me identificar como trans em viagens, a maioria das pessoas não sabe o que são pessoas trans. Como sou um homem trans com passabilidade cisgênero, ou seja, possuo todos os fenótipos entendidos como masculinos a minha experiência é diversa da das mulheres trans e também das pessoas não binárias que não conseguem esconder na maioria das vezes suas identidades trans (ENTREVISTADO E).

Ainda sobre essa questão, o entrevistado E explana porque não sente necessidade em se identificar publicamente como trans:

Entendo que assim como as pessoas cisgeneras não tem necessidade de declarar que seu genital é congruente com sua identidade de gênero – dentro dessa ideia equivocada de que existem genitais masculinos e femininos – eu não tenho necessidade de declarar que genital possuo, entendendo que isso fere o meu direito à intimidade. Dessa maneira não sinto necessidade nem de esconder e nem de declarar minha identidade de gênero. Como me relaciono com mulheres, geralmente as minhas demonstrações de afeto são vistas como comuns, minha relação é entendida como uma relação heteronormativa e por isso nunca senti necessidade de esconder o meu afeto (ENTREVISTADO E).

Outro fator que se expressou contundentemente nas respostas se refere ao racismo, que é sentido, como demonstrado em alguns relatos, antes ou mais forte do que a LGBTfobia, justamente pela questão do visível/perceptível. A entrevistada G relatou que em suas viagens foi vítima de racismo, dando exemplo de uma viagem ao Rio de Janeiro em que parou para perguntar informação à uma mulher e esta, segundo seu relato: “parecia reagir a um assalto, cheia de medo como se eu fosse atacar eles ou algo parecido”. Quando falamos na questão LGBT+, as expressões de gênero e performances podem demonstrar maior ou menor inadequação segundo o padrão hetero ou cisnormativo. No que se refere ao racismo, os elementos discutidos são diferentes. A entrevistada F relata que nunca sofreu homofobia, em suas viagens, mas incontáveis vezes sofreu racismo.

No geral, fico sempre um pouco ansiosa por medo de sofrer racismo, mais do que LGBTfobia. Isso acontece por sentir que minha cor chega antes de mim nos lugares, mas não necessariamente minha orientação sexual. Diferente da cor, a orientação sexual está, para mim, ligada a demonstração de afeto, então eu me sinto mais vulnerável à LGBTfobia quando estou com minha namorada em lugares públicos. Além disso, entendo que eu continuo “passando por hétera”, por me vestir de forma mais comumente associada ao que é entendido como feminino (usar saias, vestidos, calças apertadas, saia, roupas estampadas ou curtas, roupas mais coladas ao corpo etc), ou seja, eu tenho uma passabilidade hétero que costumava me trazer o conforto (privilegio) de não ter que me preocupar com os estereótipos vinculados à minha orientação sexual em um primeiro contato com as pessoas. Depois de cortar o cabelo

curtinho, literalmente raspar a cabeça e deixar o cabelo crescer de novo, enfrentei algumas situações em que ou fui confundida com um “menino” (por literalmente ver homens se referindo a mim no masculino) ou encontrava com pessoas que no olhar pareciam transparecer uma dúvida em relação ao meu gênero (ENTREVISTADA F).

As vivências das pessoas que, para além de sua dissidência de sexualidade ou gênero, são negras, carregam o peso de múltiplos fatores de vulnerabilidade à violências, que perpassam campos mais além do discutido dentro do campo LGBT, como desperta a entrevistada F quando afirma que a ‘sapatão negra’, é percebida como objeto sexual, “resultado das construções violentas e hipersexualizadas para as mulheres negras, especialmente no Brasil. A constatação feita por meio de pesquisas dos homicídios contra a população trans negra através do monitoramento de notícias, corrobora com esta discussão.

Ao somarmos pessoas negras, pardas e sem identificação temos um total de 74% em relação aos 26% de pessoas identificadas como brancas, bem próximo do que revelou o Mapa da Violência de 2019, quando foi verificada a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, atingindo de forma brutal travestis, mulheres e homens trans (REDE TRANS, 2019, p. 18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa perpassamos pelas categorias hospitalidade (hostilidade e acolhimento), diversidade e cidadania, direcionadas aos dois temas elementares desta monografia – turismo e população LGBTQ+ –, cujo levantamento realizou-se a partir de estudo bibliográfico. O central aspecto a ser apontado das leituras realizadas sobre a população LGBTQ+ dentro do escopo do turismo, razão pelo qual se justifica este trabalho, se refere ao excesso de atenção ao viés econômico do chamado turismo LGBTQ+ em contraposição à falta de debates que se permitam penetrar as discussões de gênero e sexualidade.

Realizou-se um desenho sobre o contexto atual amparado por diversas fontes audiovisuais, relatórios e publicações jornalísticas. O questionamento sobre qual o impacto dos discursos de ódio e a violação dos direitos da população LGBTQ+ sobre a desumanização do acolhimento no turismo permitiu a impulsão pela busca por entender sobre a imagem que se tem do Brasil após declarações e posicionamentos polêmicos do presidente Jair Bolsonaro desde o golpe parlamentar, em 2016, até o seu mandato atual. A palavra polêmica por si só transmite a ideia da polarização e embate que permanece latente na população brasileira, cujas padronizações normativas se tornam ponto fundamental de embate e desestabilização pela desunião. Tais enunciações que penetram, também, o campo do turismo e dos direitos humanos das pessoas LGBTQ+, se adequam às diretrizes de um governo autoritário e muitas das narrativas incitam o desvelar da odiosidade coletiva construída. A estratégia aplicada se atenta a garantir a polarização da população e a apatia pela não adequação à normose, ferindo os princípios da diversidade em seu mais amplo entendimento, principalmente pelo ferimento à possibilidade de expressão pessoais.

Sob este aspecto, existe uma leve esperança que se relaciona com o despertar de parte da população para as urgências de uma mudança intensa nas formas de relações humanas, incentivando as trocas afetivas através do amor, e não do ódio. Os motivadores consistentes desta esperança podem ser tanto o surgimento do movimento LGBTQ durante o período da ditadura, como o fato da LGBTQfobia ser criminalizada pelo Superior Tribunal Federal em maio do primeiro ano de mandato de Bolsonaro, 2019. Mas, também pode ser percebida na busca da população em promover mais espaços colaborativos, seja nos campos de trabalho, com coletivos de economia solidária, seja no âmbito social, transmitidos por atos de sororidade ou de apoios mútuos.

A partir das análises dos relatórios de violações dos direitos humanos LGBT+ publicados pelo Grupo Gay da Bahia, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Rede Trans e Comissão Interamericana de Direitos Humanos, foi possível extrair evidência do aumento da violência, incluídos os homicídios ritualizados⁶⁴ contra a população LGBT. Sobretudo no período entre o pós-golpe parlamentar, em 2016, e da candidatura do Bolsonaro, em 2018, atingindo números quatro vezes mais altos que há uma década atrás. Este poderia ser um indicador associado à euforia social pela permissividade do extravaso de intolerância contida, incitado por uma representante personificação síntese de todas as visões pejorativas e arcaicas. Segundo o Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2019, publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2017 houve o maior índice de homicídios e agressões às pessoas LGBT.

Durante o período eleitoral, houve diversas pesquisas, matérias e denúncias do aumento da violência contra a população LGBTI. Tivemos casos de pessoas trans agredidas e até mesmo assassinadas por motivações políticas. O horror se instalou no Brasil após a eleição do atual presidente, conhecido por incitar o ódio contra a nossa população de forma pública. Os resultados das eleições deixaram o brasileiro, cidadão comum, perdido, magoado, reativo desesperançado e, logo, facilmente atraído por soluções mágicas. Há uma ação coordenada de bombardeamento de ficções, criadas com o intuito de manipular a realidade e que passou a se fazer presente nos locais comuns, nos grupos de família que se dissolveram e, especialmente, nas redes sociais. Este não é um fenômeno tipicamente brasileiro, mas aqui tirou do armário a sombra maligna e perversa do desejo de outrora. Sob a tutela de uma família de “bens” política e não politizada, estamos diante da validação da barbárie (ANTRA, 2019, p. 08).

Por fim, adentrou-se o campo das intersubjetividades na análise das entrevistas aplicadas à turistas e turismólogos LGBT+, para se entender sobre as visões mais particulares que transcendem o campo teórico. A etapa debruçou-se sobre as individualidades dos entrevistados que relatam posição reativa, em todos os casos, às tendências de um governo que pretende sabotar as pautas LGBT+, sentimento alinhado com as estatísticas quantitativas realizada por redes de apoio à população LGBT+ por meio de monitoramento. É importante, contudo, ressaltar que um ponto claro que se sobressai na avaliação das respostas do grupo entrevistado é o medo. Ao perguntar aos entrevistados se estes teriam receio de viajar para

⁶⁴ Assassinatos carregados de ritualizações que demarcam o ódio, recorrente contra pessoas LGBT+. Benevides descreve a realidade em seu poema “O coração dela foi arrancado! / Ela teve seu corpo usado/ O assassino se lambuzou em seu corpo [...] Em nome DEle. / Ele colocou uma santa / no lugar no coração dela [...] Ela está morta. / Nasceu morta / E morreu morta.”/Invisível” (ANTRA, 2019, p. 07). Para poema completo, ver Anexo III.

algum lugar do Brasil ou para outro país, as respostas foram claras no sentido de relacionar as aflições às imagens que se tem do país. Somente dois dos respondentes afirmaram não ter receio de sair do país, e somente dois dos entrevistados não demonstraram insegurança de viajar fora do Brasil. Grande parte das repostas refletiu a aflição de viajar para outras localidades que transmitissem uma imagem de hostilidade para com a população LGBTQ+. A imagem construída sobre os lugares, na maioria dos relatos, é dada por experiências de amigos, no caso das cidades brasileiras, e por notícias e informações transmitidas sobre a criminalização da homossexualidade ou leis rígidas contra LGBTQ, no caso de países estrangeiros como a Rússia e a Índia. As entrevistas realizadas transluzem a angústia gerada pelo contexto político no Brasil. A cultura do medo, que alguns relacionam a uma ferramenta para instaurar o Estado de emergência, parece se aplicar perfeitamente no atual Brasil. Se por um lado, a população dissidente se sente ameaçada e constantemente insegura, do outro o Governo se sente permitido a proceder com constantes atos que desconsideram por completo a Carta Magna do país. Traslado ao campo do turismo, a ampla relação entre a imagem e o medo é fundamental para entendermos particularidades das práticas turísticas. Tal temática seria interessante de ser adentrada pelo campo teórico.

Ademais, outro aspecto que sobressaiu especialmente na presente pesquisa se refere ao tema das interseccionalidades. O resultado das entrevistas apontou um elemento destaque que se refere ao importante impacto do racismo durante o cotidiano e viagens que, muitas vezes, é expresso maiormente ou, pelo menos, antes da homofobia, por seu caráter visível/perceptível. Segundo Cintra, no Brasil, a classificação de negro se refere à percepção fenotípica segundo traços e cor (2018, p. 38). Similar, sem desconsiderar as suas particularidades, a vulnerabilidade transfóbica da não passabilidade cis das pessoas trans também apareceu nas entrevistas como um fator importante do perceptível segundo um fenótipo, para além da performance. Duas fontes de informação apresentaram pontos convergentes. Uma se refere ao relato da entrevistada F que destacou que a sua cor sempre se apresenta antes de sua sexualidade, por questões perceptíveis, o que lhe confere sobreposição dos receios de sofrer por preconceito (antes o racismo e depois a bifobia/lesbofobia⁶⁵) no endossamento dos medos que se somam. A segunda fonte se refere ao levantamento realizado tanto pela Rede Trans Brasil como a Associação Nacional de Travestis e o índice de assassinato contra as mulheres trans negras são os mais elevados disparadamente por sua vulnerabilidade à expressão do ódio

⁶⁵A pesar de ser bissexual, se demonstrar o seu afeto por uma mulher e sofrer preconceito, seria caracterizado como lesbofobia por seu caráter sentido/perceptível.

não somente transfóbica, mas também racista. “O controle sobre o corpo trans é uma realidade que todas vivenciam, mas o controle racializado somente as pessoas negras vivenciam” (ANTRA, 2019, p. 77). Tais apontamentos ressaltam a importância de se, também, os distintos campos da diversidade em paralelo.

Ao falar de diversidade, não falamos excepcionalmente de sexualidade e gênero, mas, maiormente, da desconstrução dos formatados binarismos (CURIEL, 2014, p. 18) – bom/mau, branco e negro, mulher e homem, heterossexual e homossexual, cisgênero e transgênero, natureza e cultura – que fundamentam os conceitos pejorativo e, a posteriori, incitam a odiosidade coletiva. Principalmente porque o fator humano é regado de particularidades, em que cada indivíduo tem uma expressão única, estas discussões são fundamentais para a libertação da sociedade. Assim como musicado por Triz: “Seja gay, seja trans, negro ou oriental/ Coração que pulsa no peito é de igual pra igual/ O individual de cada um não se discute/ Seja elevado, busque altitude” (2017, m. 3’10’’). Aqui, poderíamos nos perguntar, o que seria de uma sociedade unida que não mantivesse embates entre si? Será que uma sociedade assim elegeria um governo como o que temos atualmente? Ao mergulhar nos debates sobre diversidade percebemos que atingimos pontos altos que entrelaçam a percepção sobre cidadania, direitos humanos, empatia, alteridade, acolhimento, afetividade e liberdade.

Por último, associada à ideia mesma da diversidade, entende-se que a o aprofundamento da discussão por meio das lentes da epistemologia rizomática seriam interessantes para a discussão de gênero e sexualidade adscritas às práticas do turismo. O modelo epistemológico do rizoma é proposta por Deleuze e Guatarri trazida do campo da botânica, fazendo referência a uma classificação de plantas cujos brotos se ramificam desde diferentes locais e crescem sem depender uns dos outros, podendo se interligar em diferentes pontos e crescer simultaneamente, contrapondo a ideia de linearidade da árvore, que sempre deve partir de uma raiz para se desenvolver e dar frutos. Este modelo descritivo incita um olhar desde a perspectiva da heterogeneidade, da complexidade, da liquidez, a transformação constante e pode ser aplicada à diversos campos. À exemplo cabível para este campo abordado, pode ser pensando na formação de diversos estudos teóricos concomitantes que mantém os conceitos em constante transformação, mas também pode se aplicar aos estudos sociais de forma a captar a necessidade de manter uma aproximação mais sensível com os distintos modos existenciais na desconstrução dos moldes estabelecidos até hoje, perfeitamente aplicável ao pensar nas diversas formas de expressões de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

❖ Fontes complementares:

◆ **Documentário:**

DEMOCRACIA em vertigem. Direção, roteiro e produção: Petra Costa. Produtores: Joanna Natasegara, Shane Boris e Tiago Pavan. Brasil: *Netflix*, 2019. Documentário (online), 121 min. Disponível em: bit.ly/2uLBRGZ. Acesso em: 10 fev. 2020.

◆ **Música:**

RUTZATS, Triz. *Elevação mental*. Direção, produção e montagem: Cesar Gananian. Artistas: Triz Rutzats (letra e música), Pedro Santiago (syths, violão, piano e programação), Daniel Amorim (baixo), Fabio Barros (mix) e Arthur Joly (master). Brasil, FILMDESIGN: 2017. Videoclipe online, 5'59". Disponível em: bit.ly/2VEWcsC. Acesso em: 10 fev. 2020.

◆ **Relatórios:**

ANTRA (Associação Brasileira de Travesti e Transexuais do Brasil); IBTE (Instituto Brasileiro Trans de Educação). *Dossiê: Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2019*. São Paulo, Brasil. 2020.

CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos); Organização dos Estados Americanos. *Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas*. 2015.

GGB (Grupo Gay da Bahia). *Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil – Relatório 2018*. Rio de Janeiro, 2018.

MDH (Ministério dos Direitos Humanos). *Violência LGBTQfóbicas no Brasil: dados da violência*. Brasília. 2018.

ONU. *Páginas Trans: Guia de acesso a direitos e serviços para pessoas trans*. Brasília: Nações Unidas no Brasil, jan. 2019.

REDE TRANS (Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil). *A Exclusão das Identidades e das Existências de Pessoas Trans – Da Morte Social à Morte Física*. Aracaju-SE, Brasil. 2019.

◆ **Notícias:**

BOLSONARO discursa em Campina: “A minoria tem que se curvar para a maioria”. *Paraíba Online* [jornal online], 2017. Disponível em: bit.ly/2TezW76. Acesso em: 17 jan. 2020.

BOLSONARO afirma que torturador Brillhante Ustra é um “herói nacional”. *VEJA*, 2019. Disponível em: bit.ly/32N5EM6. Acesso em: 17 jan. 2020.

FALA do dia do Trabalhador, Dilma diz que bancos têm “lógica perversa”, Em. *Portal G1*, 2012. Disponível em: glo.bo/2Teftzs. Acesso em: 04 fev. 2020.

GRAVIA, Giovanna. Incentivo ao turismo LGBT é retirado do Plano Nacional do Turismo. *Portal G1*, 2019, Disponível em: glo.bo/2PAGwCP. Acesso em: 07 jan. 2020.

JÚNIOR, Cirilo; GRANDIN, Felipe. Designer acusa Embratur de violar direitos autorais em nova marca; órgão admite erro e promete mudar campanha. *Portal G1*, 2019. Disponível em: glo.bo/38cJWCh. Acesso em: 15 jan. 2020.

MAIA, Gustavo; Guillino, Daniel. Bolsonaro decide manter ministro do Turismo, indiciado pela PF, no cargo. *O Globo*, Brasília, 04/10/2019. Disponível em: glo.bo/2VFL66y. Acesso em: 08 jan. 2020.

MINISTRO do Turismo é denunciado pelo Ministério Público no caso dos laranjas do PSL. *Folha de São Paulo*, Belo Horizonte e Brasília, 04/10/2019. Disponível em: bit.ly/2IpeAhn. Acesso em: 06 jan. 2020.

PEREZ, Beatriz. Bolsonaro assina MP que retira LGBTs das diretrizes dos Direitos Humanos. *O Dia*, Brasília, 02/01/2019. Disponível em: bit.ly/2wYPYJC. Acesso em: 20 jan. 2020.

PIMENTEL, Matheus. Quais as políticas do governo Bolsonaro para o turismo. *Jornal Nexo* [on-line]. Disponível em: bit.ly/39cTnTo. Acesso em: 10 jan. 2020.

PUTTI, Alexandre. Guia internacional elege o Brasil como o menos recomendado ao turismo LGBT. *Carta Capital* [online], 30/08/2019. Disponível em: bit.ly/39hZlm4. Acesso em: 4 jan. 2020.

REDAÇÃO. Bolsonaro faz apologia à exploração sexual de brasileiras. *SPBancários* [online], 03/05/2019. Disponível em: bit.ly/3czihii. Acesso em: 7 jan. 2020.

TOMAZ, Daniel Mandur. Qual é a imagem do Brasil no exterior?. *Carta Capital* [on-line]. Disponível em: bit.ly/39iVXHv. Acesso em: 10 jan. 2020.

TURISMO cai 5% no Brasil de Bolsonaro devido a “imagem corroída”. *Rede Brasil Atual – RBA*, 2019a. Disponível em: bit.ly/2TxxVKl. Acesso em: 08 jan. 2020.

TURISMO internacional cresce no mundo, mas diminui no Brasil. *Folha de São Paulo*. Madri, 2019b. Disponível em: bit.ly/39jEcb5. Acesso em: 05 jan. 2020.

❖ **Bibliografia:**

ARENDDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1969.

_____. *O que é política?*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.

AVENA, Biagio. Acolhimento de qualidade: Fator diferenciador para o incremento do turismo. *Turismo em análise*, São Paulo, vol. 12, No.1, p.20-29, 2001.

ÁVILA, Simone. *Transmasculinidades*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.

BACCI, Irina Karla. *Vozes lésbicas no Brasil. A Busca e os sentidos da cidadania LGBT*. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

BOUDOU, Benjamin. Elementos para uma antropologia política da hospitalidade. In: BRUSADIN, Leandro Benedini (Org.). *Hospitalidade e dádiva – A alma dos lugares e a cultura do acolhimento*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: encurtador.com.br/iqtuz. Acesso em: 10 dez. 2019.

BUENO, Mariza Schuster. Direito das minorias e as políticas públicas frente aos direitos fundamentais. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Itajaí, vol. 02, No.1, p. 185-206, 2007.

BURITY, Joanildo. *Globalização e identidades: desafios do multiculturalismo*. Recife. Ed. Fundação Joaquim Nabuco. 2001.

CABETTE, André. A trajetória e as conquistas do movimento LGBT brasileiro. *Revista Nexa* [online]. Disponível em: encurtador.com.br/jkX09. Acesso em: 14 nov. 2019.

CANALES, Manuel. *Metodologías de Investigación Social: Introducción a los oficios*. Santiago/Chile: Lom Ediciones, 2006.

CINTRA, Éllen D. *Jovens negras no ensino médio público e privado no DF: um estudo comparado e interseccional sobre suas vivências e percepções do racismo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2018.

COHEN, Erik. *The sociology of tourism: approaches, issues, and findings*. Jerusalém/Israel: Annual Review of Sociology, 1984.

COLAÇO, Rita de Cássia. De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e Homossexualidades*. São Paulo: Editora Edufscar, 2014.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e Homossexualidades*. São Paulo: Editora Edufscar, 2014.

CURIEL, Ochy. *Género, Raza, Sexualidad: Debates contemporáneos*. Universidad de Rosario, Colômbia, 2014.

_____. La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. *Revista La Manzana de la discordia*, Colombia. Vol. 06, No. 1: p. 25-46, 2011.

DERRIDA, Jacques. Hospitalidade. In: DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida para falar de hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.

DUFOURMANTELLE, Anne. Comentários. In: DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida para falar de hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e ditadura militar: uma luta contra a opressão por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e Homossexualidades*. São Paulo: Editora Edufscar, 2014.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. *Turismo, cidadania e políticas públicas*. Brasília: Coleção ABC do Turismo, 2006.

GASTAL, Susana. Turista cidadão: uma contribuição ao estudo da cidadania no Brasil. *XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Universidade de Brasília, 2006.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

GAIGHER, Livia; OLIVEIRA, Welington. Cultura e Multiculturalismo: identidade LGBT, transexuais e questões de gênero. *Revista Jurídica*. Curitiba. vol. 1, n. 46, p. 146-163, 2017.

GUERRA, Agatha. *O Turismo LGBT de Brasília: desafios do lazer e da hospitalidade*. Dissertação de Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

GREEN, James. O Grupo Somos, a esquerda, a resistência à ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e Homossexualidades*. São Paulo: Editora Edufscar, 2014.

HUGGINS, Martha K. Tortura. Cadê Criminologia?. In: JUNIOR, José Geraldo de Sousa. *O Direito Achado na Rua, vol. 7: Introdução crítica à justiça de transição na América Latina*. Brasília: Editora UNB, 2015. Pp. 433-441.

KRIPPENDORF, Jost. *A sociologia do turismo*. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LAGE, Nildo. A homofobia como trabalhar o respeito e a diversidade na escola. *Revista Construir*. Recife. vol. 12, n.67, p. 33-41, 2012.

MAGNANI, José Guilherme. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. In: GOMES, Christianne Luce; ISAMYAMA, Hélder Ferreira (Orgs.). *O direito social ao lazer no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MARCELINO, Grace Kelly; CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Dimensões teóricas da noção de hospitalidade. In: BRUSADIN, Leandro Benedini (Org.). *Hospitalidade e dádiva – A alma dos lugares e a cultura do acolhimento*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

MARCELLINO, Nelson; *et. al. Políticas Públicas de Lazer, formação e desenvolvimento pessoal*. Curitiba: Opus, 2007.

MARTINS, Rogério. Sociabilidade homoerótica e relações identitárias: o caso do jornal O Snob (Rio de Janeiro, década de 1960). *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis. vol. 2, n. 2, p. 61-92 2010.

MOESCH, Marutschka Martini. *Epistemologia social do Turismo*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, ECA. São Paulo, 2004.

_____. O lazer faz o elo: reinventar as políticas públicas para o lazer e turismo humanizadores. In: GOMES, Christianne Luce; ISAMYAMA, Hélder Ferreira (Orgs.). *O direito social ao lazer no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

NARDI Henrique; BRANDELLI, Ângelo. *Homossexualidade e Direitos Sexuais*: reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

PFEIFFER, Claudia. Desenvolvimento e cultura: parâmetros para a reflexão dessa complexa relação. In: SIMÕES, Dilma; CABRERA, Julio; CORIOLANO, Luiza (Orgs.). *Turismo, cultura e desenvolvimento*. Paraíba: Eduep, 2012.

PIMENTEL, Andrey; SANTANDER, Carlos Ugo; *et. al. Anais V Seminário Pensar os Direitos Humanos*. Organização de Fernanda Busanello Ferreira, Goiás, 2014.

PIRES, M. J. *Raízes do turismo no Brasil*. 2ª edição. Barueri: Manoele, 2002.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, José L. Em Nome do pai. Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.33, n. 96, p. 1-22, 2018.

PRECIADO, Paul. Multidões *queer*: nota para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, Vol. 19, n.1, p. 11-20. 2001.

QUINHALHA, Renan. O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. *Revista Cult*. 2018. Disponível em: encurtador.com.br/IOZ05. Acesso em: 14 nov. 2019.

REIS, Toni (Org.). *Manual de comunicação LGBTI+*. 2ª ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/ GayLatino, 2018.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e Homossexualidades*. São Paulo: Editora Edufscar, 2014.

SÁNCHEZ, David. Crítica a uma cultura estática e anestesiada de Direitos Humanos: por uma recuperação das dimensões constituintes da luta pelos direitos. *Revista Culturas Jurídicas da UFF*. Rio de Janeiro, Vol. 4, n. 7, Pp. 26 a 60, 2017.

SANCHO, Amparo. *Introducción al Turismo*: Organización Mundial del Turismo. Editora OMT, 1998.

SANITÁ, Maurício; *et. al.*. Segmentação no setor turístico: o turista LGBT de São Paulo. *Revista de Administração da UFSM*. São Paulo. vol. 5, n.3, p. 493-506, 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

STROPPIA, Tatiana; ROTHENBURG, Walter C. Liberdade de expressão e discurso de ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*. São Paulo, Vol.10, n. 2, p.450-468, 2015.

TIBURI, Márcia. *Como conversar com um fascista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

URRY, J. *O Olhar do Turista: Lazer e Viagem nas sociedades contemporâneas*. 3ª edição. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

ANEXOS

I – Elevação Mental (Triz)

Família, primeiramente eu queria deixar bem claro
Que eu não to aqui pra representar o rap feminino não, certo?
E muito menos o masculino
Eu to aqui pra representar o Rap Nacional
E eu peço que respeitem a minha identidade de gênero, demorou?
Ficou mais ou menos assim

Caneta e papel na mão
Pra mim é melhor que remédio
Enquanto eu vou escrevendo
Não sobra espaço pro tédio

Aonde eu vou parar, não sei
Eu tô pensando a mais de um mês
E o que eu tenho visto
Eu vou falar procêis

É tanta arrogância, tanta prepotência
A sanidade tá escassa no mundo das aparências
Não se cale jamais diante do opressor
Não deixe que o sistema acabe com seu amor

Ae, Triz o seu som é muito bad
É que, irmão, isso é rap
Quer dançar, escuta Ivete

Poesia visionária que atinge o coração
Eu falo sim da tristeza pra que haja compreensão
E como de costume eu vou tocando na ferida
Falando dos preconceitos sofridos no dia a dia

O rap existe pra mostrar
A verdade e a dor
É um grito de dentro pra fora
Clamando pelo amor

Ae, motô
Boa noite pro sinhô
Preciso chegar no centro
Posso entra por favor?

Vai lá menor
Mas vê se não se acostuma
Te aviso quando chegar
E cuidado por essas ruas

Tamo junto, irmão, boa sorte na caminhada
A multa já foi constada, então vamos nessa bala
Sempre na humildade cê consegue o que quiser
E eu tô nessa jogada até quando dá pé

E já que o flow é meu
Eu vou mandando é logo a boa
Essa é a minha realidade
Não gostou, procura outra

Já tenho muito perreco
Pra me preocupar
Faltou a companhia
Na minha sala de estar

Eu gosto daquela dama
O cheiro dela na minha cama

Nossos corpos são iguais
E juntos vão ardendo em chama

Mas não tô aqui
Pra desmerecer ninguém
O que mais tem no mundo é gente
Não vai faltar pra você, irmão

Vou te falar situação
Vários preconceituoso sem respeito e sem visão
É vários fiscal de cu, muita alienação
Foda-se se o mano é gay, o que importa é o coração

E eu já me liguei como funciona o preconceito
Mas sinto em te informar que não tamo pra escanteio
Se te falta o respeito, cê não sabe de nada
Segue no seu caminho que eu vou na minha estrada

Onde isso vai parar?
Se eu nasci com dom, eu sei que vou continuar
Eu cheguei na cena, fiz um poema
Pro seu coração escutar

O preconceito não te leva a nada
Não seja mais um babaca de mente fechada
Por que o ódio mata, mas o amor sara
De qual lado cê vai ficar?

Brasil, país que mais mata pessoas trans
Espero que a estatística não suba amanhã
Me diz, por que o jeito de alguém te incomoda?
Foda-se se te incomoda
É meu corpo, e a minha história

E sobre a minha carne, cê não tem autoridade
Não seja mais um covarde, de zero mentalidade
Seja inteligente, abra a sua mente
O mundo é de todos, não seja prepotente

Seja gay, seja trans, negro ou oriental
Coração que pulsa no peito é de igual pra igual
O individual de cada um não se discute
Seja elevado, busque altitude

Zé povinho falou: Vai fazer a sobrancelha
Dar um trato no cabelo e mudar sua aparência
Eu acho que é mulher, eu acho que é um homem
Eu acho que cê tem que vestir esse uniforme

Primeiramente: você não tá na minha mente
Segundamente: seu raciocínio é deprimente
O que cê acha de mim, num importa irmão
Que diferente de você, eu tenho educação

Não tenho obrigação de dar satisfação
Mas aqui, cê tá ligado que é pura informação
E pra quem quer saber, o meu gênero é neutro
Cê não precisa entender, só precisar ter respeito

Você não ganha nada sendo um atrasa-lado
Seu conservadorismo já tá ultrapassado
Cê quis me derrubar ainda dando risada
Mas a luz da minha luta sua bala não apaga

Você me insultou julgando minha aparência
Só se esqueceu de ver o brilho da minha essência

Falou do meu cabelo, meu dente separado
Mas garanto que elas não reclamam do que tem provado

Elevação mental
Nesse flow que eu vou levando sempre na moral
Hipocrisia me rodeia e os bico paga um pau
Mas sigo firme, nada abala o meu ideal, irmão

E não tire suas conclusões sem saber do meu proceder
Antes de falar mal de mim, te convido a me conhecer
Um salve pra quem fecha, que os moleque são da hora
Em meio a tanta maldade ainda tem quem se salva

Onde isso vai parar?
Se eu nasci com dom, eu sei que vou continuar
Eu cheguei na cena, fiz um poema
Pro seu coração escutar

O preconceito não te leva a nada
Não seja mais um babaca de mente fechada
Por que o ódio mata, só o amor sara
De qual lado cê vai ficar?

* * *

II – Questionário entrevista turismólogos e turistas

UnB-CET -Graduação em Turismo

TCC da aluna Luz do Amor Forrest

Orientadora Prof. Dra. Marutschka Moesch

Formulário de entrevista

Estimado entrevistado,

Meu nome é Luz do Amor, minha orientadora é a professora Marutschka Moesch. Essa pesquisa faz parte de meu trabalho de conclusão de curso no bacharelado em Turismo da UnB. O tema de minha pesquisa versa sobre turismo, diversidade, cidadania e direitos LGBT no Brasil, tendo como problema de investigação o impacto da narrativa de ódio sobre os direitos da população LGBTQ+ e quais os aspectos destas violações se transferem para o âmbito de acolhimento no Turismo.

Optamos por entrevistas com pessoas representativas sobre o tema. Assim sua contribuição é de fundamental importância para explicar o fenômeno estudado. Suas respostas serão mantidas em sigilo como indica o código de ética de pesquisas científicas. Me comprometo de enviar a compilação das respostas ofertadas antes de seu registro final em meu trabalho.

As perguntas se referem a viagens e vivências dentro do Brasil e no Exterior, considerando o direcionamento do estudo. As perguntas, por conter características que possam induzir a alguma sensibilidade, podem ser respondidas sempre e quando se sinta confortável em discorrer sobre elas.

De antemão agradeço o acolhimento e a disponibilização de seu tempo.

Gratidão

Luz de Amor

1. Identificação do sujeito respondentes

1.1 Quanto à identidade de gênero como você se identifica:

() Mulher cis

() Homem cis

- Mulher trans
- Homem trans
- Gênero não binário
- Travesti
- Intersex
- outro: _____

1.2 Quanto a sua orientação sexual

- Heterossexual
- Lésbica
- Gay
- Bissexual
- pansexual
- Polissexual
- Assexual
- outro: _____

1.3 Como você se autoidentifica?

- preto
- pardo
- indígena
- amarelo
- branco

1.4 Qual sua idade:

1.5 Qual sua nacionalidade:

1.6 Onde você reside atualmente:

2. Questões temáticas:

2.1 Você costuma viajar com que frequência?

Semanalmente ()

Mensalmente ()

Nos feriados prolongados ()

Anualmente ()

2.2 Quais cidades você conhece no Brasil?

2.3 Quais países você já visitou?

2.3 Como você se sente em relação ao acolhimento, no momento que viaja? Alguma vez sentiu receio, necessidade de dar explicações extras por precaução, ou mesmo presenciou ou foi vítima de LGBTfobia*? Em caso positivo e que se sinta confortável, poderia relatar o acontecimento e o ano?

2.4 Em viagens, por não saber a recepção das pessoas, sentiu necessidade de esconder o seu afeto, a sua identidade, ou suas formas de se expressar e se relacionar com o mundo?

2.5 Você já teve receio de viajar para algum lugar no Brasil por medo de sofrer violência? Qual o lugar e poderia nos relatar o motivo?

2.6 Você já teve receio de viajar para algum país por medo de sofrer violência? Qual o lugar e poderia nos relatar o motivo?

2.7 Quais são as suas percepções/sentimentos sobre o processo político atual no qual vieram à tona as narrativas de ódio no Brasil ? Para além das percepções, tem percebido algum impacto factual no que se refere à violência contra a população LGBT+? E a ameaça aos direitos já adquiridos?

2.8 Você tem/teve medo em andar na cidade em que mora por medo de sofrer violência por ser L-G-B-T? Poderia explicar o motivo? Caso positivo, esse medo fez com que escondesse o seu afeto, a sua identidade, ou suas formas de se expressar e se relacionar com o mundo?

2.9 Você pode comparar o acolhimento recebido como turista nos países do exterior visitado e nas cidades brasileiras?

2.10 Você experienciou algum ato homofóbico/racista em suas viagens? Caso positivo quais?

*Quaisquer violências sejam elas, física, psicológica, moral

****Perguntas adicionais, direcionadas apenas aos entrevistados que atuam na área do turismo**

1. Qual a sua visão no que se refere à hospitalidade no Brasil em relação à população LGBT+? Quais os pontos que considera que são potencialidades e quais considera que são dificuldades ou fragilidades?

2. No âmbito de trabalho com o turismo, já presenciou alguma forma de violência contra a população LGBT+? Como o fato foi conduzido posteriormente?

4 Quais ações considera importantes para direcionar no sentido de um turismo mais humanizador?

* * *

III – O Coração da Travesti (Bruna Benevides)

O coração dela foi arrancado!
Ela teve seu corpo usado.
O assassino se lambuzou em seu corpo.
Devem ter gozado.
Nunca se viram.
Não se conheciam.
Um monstro.
Brutalidade e abjeção
mãos dadas ao sagrado.
Em nome DEle.
Ele colocou uma santa
no lugar no coração dela.
Em nome DEle.
Ele abriu seu peito
com cacos de vidro.
Mas quem era ela?
Quem era essa demônio
que ele quis exorcizar
com seu ímpeto
incentivado pelo discurso
religioso que nos demoniza.
Ele aparece nas mídias
e sobre ela a gente não sabe nada.
Ela está morta.
Nasceu morta
E morreu morta.
Invisível
Sua história foi pagada
Ela não tinha nome?
Família?
Ninguém a conhecia?

O apagamento dela é inaceitável
e isto não é um bom sinal.
Quem será a próxima?
Precisamos humanizar a vítima,
Lhe dar um rosto,
pois a estão demonizando.
O mundo precisa saber quem é ela.
Eu quero saber!
Precisamos purificá-la.
Chega de naturalizar
A violência contra nós.
O demônio é ele!
E ele está solto, vivo.
Ela não.
Nós também
não!